

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

**A participação do componente militar brasileiro nas  
ações governamentais em resposta à crise migratória  
venezuelana**



**Rio de Janeiro**

**2020**

**Maj Inf THALES ALEXANDRE GOMES SANTIAGO**

**A participação do componente militar brasileiro nas ações  
governamentais em resposta à crise migratória  
venezuelana**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Comando e  
Estado-Maior do Exército, como  
requisito parcial para a obtenção do  
título de Especialista em Ciências  
Militares, com ênfase Defesa.

**Orientador: TC Inf ORLANDO MATTOS SPARTA DE SOUZA**

**Rio de Janeiro**

**2020**

S235p Santiago, Thales Alexandre Gomes.

A Participação do Componente Militar Brasileiro nas ações governamentais em resposta à crise migratória venezuelana / Thales Alexandre Gomes Santiago. —2020.  
61f. : Il. ; 30 cm.

Orientação: Orlando Mattos Sparta de Souza.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.  
Bibliografia: f. 56-61.

1. COMPONENTE MILITAR. 2. AÇÕES GOVERNAMENTAIS. 3. CRISE VENEZUELANA. I. Título

CDD 355.4

**Maj Inf THALES ALEXANDRE GOMES SANTIAGO**

**A participação do componente militar brasileiro nas ações governamentais em resposta à crise migratória venezuelana**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase Defesa.

Aprovado em 10 de outubro de 2020.

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

---

**ORLANDO MATTOS SPARTA DE SOUZA – TC Inf – Presidente**  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

**FELIPE ARÁUJO BARROS – Maj Eng – Membro**  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

**MARCELUS ARMINDO RIBEIRO NOGUEIRA – Maj Art – Membro**  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Lutai contra o conservantismo, tornando-vos permeáveis às ideias novas, a fim de que possais escapar à cristalização, ao formalismo e à rotina (Marechal Castello Branco)

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, agradeço a Deus, pela saúde, pela força para superar todos os obstáculos que surgiram nesta difícil caminhada e pela oportunidade de estar nesta Escola e poder ombrear com camaradas de tão elevado nível.

À minha querida esposa Marcela pela compreensão, apoio, confiança, companheirismo e dedicação incondicionais ao longo das diversas horas em que este trabalho foi priorizado em detrimento de minha presença no lar e na comum tarefa de criar e educar nossas filhas.

Às minhas filhas Cecília e Luísa, fonte de contínua de inspiração para o meu dia a dia.

Aos meus pais Paulo e Nilza pelo amor com que me conceberam e por sua luta travada para me educarem, pelas inúmeras horas que velaram meu sono, e pelas palavras de incentivo a cada tropeço de minha jornada, a minha eterna gratidão.

Ao meu orientador, TC Inf Sparta, os meus sinceros agradecimentos pela orientação firme e objetiva na realização deste trabalho.

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para que este trabalho fosse concluído.

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema a participação do componente militar brasileiro nas ações governamentais em resposta à crise migratória venezuelana. O objetivo foi analisar as ações empreendidas pelo componente no apoio à crise provocada pelo fluxo migratório de cidadãos venezuelanos em direção ao Brasil, particularmente no estado de Roraima, que veio a sobrecarregar os sistemas e estruturas federais, estaduais e municipais daquele Estado. O Estado brasileiro reconheceu a situação de vulnerabilidade do Estado de Roraima (Decreto Presidencial nº 9.285) e criou o Comitê Federal de Assistência Emergencial (Decreto Presidencial nº 9.286) com a finalidade de coordenar as ações de cunho humanitário em função do fluxo de refugiados na fronteira de Roraima a partir de 2015. Fruto desses decretos, o Ministério da Defesa publicou as Diretrizes Ministeriais nº 03 e 04 de 2018, estabelecendo parâmetros e responsabilidades para a execução das Operações Acolhida e Controle. As Operações Acolhida e Controle foram concebidas baseadas em 3 (três) pilares: o ordenamento da fronteira, o abrigamento e a interiorização. A execução da resposta brasileira se fez por uma operação interministerial, interagências, com participação de organismos não-governamentais e entidades da sociedade e que teve o componente militar como grande protagonista nesse cenário. Com isso, a partir das informações e dados levantados, foi possível realizar uma análise sobre as missões subsidiárias desempenhadas pelo componente militar para mitigar os impactos da crise migratória venezuelana, particularmente as Operações de Controle e Acolhida, em território brasileiro.

Palavras-chave: Componente Militar. Ações Governamentais. Crise Venezuelana.

## RESUMEN

El presente trabajo tiene como tema la participación del componente militar brasileño en acciones gubernamentales en respuesta a la crisis migratoria venezolana. El objetivo fue analizar las acciones emprendidas por el componente en apoyo a la crisis provocada por el flujo migratorio de ciudadanos venezolanos hacia Brasil, particularmente en el estado de Roraima, que llegó a sobrecargar los sistemas y estructuras federal, estatal y municipal de ese estado. El Estado brasileño reconoció la situación de vulnerabilidad en el estado de Roraima (Decreto Presidencial nº 9.285) y creó el Comité Federal de Asistencia de Emergencia (Decreto Presidencial nº 9.286) con el propósito de coordinar las acciones humanitarias por el flujo de refugiados en la frontera de Roraima a partir de 2015. Como resultado de estos decretos, el Ministerio de Defensa publicó los Lineamientos Ministeriales No. 03 y 04 de 2018, estableciendo parámetros y responsabilidades para la ejecución de las Operaciones de Acolhida y Controle. Estas operaciones se diseñaron en base a 3 (tres) pilares: ordenamiento fronterizo, albergue e interiorización. La respuesta brasileña se llevó a cabo a través de una operación interministerial, interagencial, con la participación de organismos no gubernamentales y entidades de la sociedad y que tuvo al componente militar como actor principal en este escenario. Así, a partir de la información y los datos recolectados, fue posible realizar un análisis de las misiones subsidiarias realizadas por el componente militar para mitigar los impactos de la crisis migratoria venezolana, particularmente las Operaciones de Control y Anfitrión, en territorio brasileño.

Palabras clave: Componente Militar. Acciones gubernamentales. Crisis venezolana.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A fronteira entre Roraima e Venezuela.....	25
Figura 2 – Organograma da FT Log Hum.....	39
Figura 3 – Fluxo de atendimento aos imigrantes em situação de vulnerabilidade...	41
Figura 4 – Organograma da 1ª Bda Inf SI e seus meios disponíveis.....	46

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Órgãos, Organizações e Entidades que atuam em cooperação com a Operação Acolhida.....	40
Quadro 2 – Missões impostas pela Operação Controle.....	47
Quadro 3 – Resultados da Op Controle no período de 20 Fev 18 à 28 Fev 19.....	50

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CEPAL	Comissão Econômica para a América latina e o Caribe
CPF	Certificado de Pessoa Física
FMI	Fundo Monetário Internacional
MUD	Mesa da Unidade Democrática
OEA	Organização de Estados Americanos
OG	Organismos Governamentais
OI	Organismos Internacionais
ONG	Organizações Não Governamentais
OVV	Observatório Venezuelano de Violência
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRV	Movimento Quinta República
PDVSA	Petróleo da Venezuela S.A.
PF	Polícia Federal
PSUV	Partido Socialista Unido da Venezuela
RCTV	Rádio Caracas Televisión
SISMIGRA	Sistema de Registro Nacional Migratório
STF	Supremo Tribunal Federal
STI	Sistema de Tráfego Internacional
DENARC	Departamento de Narcóticos
PAA	Posto de Atendimento Avançado
P TRIG	Posto de Triagem
B Ap	Base de Apoio
OSP	Órgão de Segurança Pública
CMA	Comando Militar da Amazônia

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
2	<b>METODOLOGIA</b> .....	16
3	<b>AS CAUSAS DA CRISE HUMANITÁRIA VENEZUELANA</b> .....	17
4	<b>OS IMPACTOS DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL</b> .....	24
5	<b>A RESPOSTA DO ESTADO BRASILEIRO</b> .....	31
5.1	A RESPOSTA POR MEIO DO COMPONENTE CIVIL.....	31
5.2	A RESPOSTA POR MEIO DO COMPONENTE MILITAR.....	35
6	<b>A ATUAÇÃO DO COMPONENTE MILITAR</b> .....	38
6.1	A OPERAÇÃO ACOLHIDA.....	38
6.2	A OPERAÇÃO CONTROLE.....	45
7	<b>CONCLUSÃO</b> .....	51
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	55

## 1 INTRODUÇÃO

A crise migratória se constitui em um grave problema que atualmente afeta distintas regiões ao redor do planeta. Ela pode ser entendida como o processo que levam pessoas a atravessarem fronteiras com destino a outro país. Na história recente, a onda migratória vem ocorrendo com a mudança forçada que foi imposta aos africanos levados para trabalhos escravos em outros continentes, especialmente nos séculos XVI e XVII, inseridos nos processos de colonização, escravidão e na busca por novas oportunidades. As Grandes Guerras Mundiais proporcionaram um quadro de crise migratória sem precedentes, levando ao movimento de dezenas de milhares de pessoas fugindo de perseguições políticas, étnicas e ideológicas (FRANCHI, 2019).

No século XXI, o continente europeu foi afetado pela pior crise migratória desde a II Guerra Mundial. Essa crise atingiu níveis críticos a partir de 2015 com o deslocamento de milhares de pessoas oriundas do Oriente Médio e do norte da África. A Guerra Civil na Síria, motivada pela tentativa de derrubada do governo de Bashar Al-Assad, resultou em conflito interno, o que provocou a migração de aproximadamente metade da população Síria. Esse conflito se tornou o maior evento causador de deslocamentos involuntários de pessoas no mundo com reflexos nos países do Oriente Médio como Líbano, Jordânia, Iraque e, com maior intensidade, na Europa. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), existem hoje em dia aproximadamente 70 milhões de pessoas fugindo de guerras, perseguições e conflitos (ACNUR, 2019).

No continente americano, a Venezuela enfrenta intenso processo migratório em razão da grave crise política, econômica e social que o país atravessa. Esse cenário é motivo de apreensão por parte da comunidade internacional, haja vista os impactos geopolíticos que podem ser causados. A República Bolivariana da Venezuela (RBV) é um país localizado na porção norte da América do Sul (AS), sendo constituída por muitas ilhas no Mar do Caribe e por uma parte continental, tendo Caracas como sua capital e principal cidade (RAMIRO, 2018).

Em relação à crise política venezuelana, a instabilidade teve início durante o Governo do Presidente Hugo Chávez e veio a se aprofundar na atual administração de Nicolás Maduro. Destacam-se o alto índice de corrupção e desequilíbrio entre os

três poderes, além da participação de grupos paramilitares e de milícias, que atuam em defesa do governo na repressão contra a população (LARRALDE, 2017).

Do ponto de vista econômico, a queda no preço no barril de petróleo em 2014 causou enormes estragos na economia e ocasionou a perda do poder aquisitivo do país. A Venezuela tem sua economia dependente das exportações de petróleo e é a maior detentora de reservas conhecidas no mundo. Entretanto, o país possui um setor produtivo limitado, que não consegue atender sua demanda interna e o torna refém de importações de gêneros de primeira necessidade. Além disso, a república venezuelana sofreu uma retração no Produto Interno Bruto de cerca de 15% e enfrenta um processo de hiperinflação na casa dos 10.000.000%, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) no fechamento de 2019 (BUXTON, 2018).

O colapso do setor social é resultado das crises política e econômica enfrentadas pelo país. A insatisfação popular dada à restrição dos programas sociais pela escassez de recursos, a alta taxa de desemprego, a dificuldade na obtenção de comida, medicamentos e atendimento em setores públicos, aliado ao aumento dos níveis de violência podem ser apontadas como as principais causas para que milhares de cidadãos venezuelanos tenham deixado o país em busca de serviços básicos e uma melhor qualidade de vida (SILVA *et al.*, 2019).

A situação caótica vivida pela Venezuela foi responsável pelo desencadeamento do fluxo migratório de cidadãos venezuelanos para outros países do continente americano como a Colômbia, o Chile, o Equador, o Peru, os Estados Unidos da América (EUA) e o Brasil.

Nesse contexto, o Brasil passou a ser procurado pelos venezuelanos como uma opção viável para fugir da grave crise enfrentada pelo país natal, em razão dos países possuírem aproximadamente 1.486 quilômetros de fronteira. No final de 2016, ocorreu um aumento sensível no fluxo de venezuelanos para o Brasil. A cidade brasileira de Pacaraima é a principal porta de entrada dos migrantes, por sua localização na região de fronteira junto à cidade venezuelana de Santa Elena de Uairen e, ainda, por estar debruçada na rodovia BR-174, único eixo rodoviário de ligação entre os países (ROSA, 2018).

A região se constitui em local de grande importância geopolítica, haja vista estar situada em plena área da Amazônia, motivo de grande cobiça no cenário

internacional. Sendo assim, o tráfego migratório na região aumentou sensivelmente. Entre 2017 e 2019, milhares de venezuelanos adentraram ao Brasil. Além daqueles que permaneceram, há também aqueles se encontram enquadrados nos movimentos pendulares que ocorrem com muita intensidade naquela região fronteiriça, motivados em especial pelo setor de comercial. Muitas dessas pessoas trazem consigo diversos problemas de toda ordem, com impactos para o país, especialmente para o Estado de Roraima, nas diversas expressões do poder nacional (JÚNIOR, 2018).

Os registros de migrantes venezuelanos cresceram drasticamente a partir de 2017, beneficiados após a aprovação da nova Lei de Migração em maio do mesmo ano. Ainda segundo dados da Polícia Federal (PF), até novembro de 2019 aproximadamente 123.000 mil registros estavam ativos. Em 2017, o SISMIGRA da PF computou aproximadamente 6.800 registros. Em 2018, o número saltou para cerca de 32.500 registros, chegando a mais de 81.000 em 2019. Esses dados apontam para os enormes impactos causados pelo fluxo populacional venezuelano na região norte do Brasil nas áreas da saúde, da educação, do mercado de trabalho, da segurança pública, na economia local e no cotidiano da população da região fronteiriça (BRASIL, 2017).

Diante disso, com o agravamento da crise em território nacional, o Estado Brasileiro decidiu realizar esforços por meio de ações governamentais empregando diversos atores, entre eles o componente militar, com o objetivo de mitigar os efeitos dos impactos na região norte do país e colaborar para a assistência humanitária aos cidadãos venezuelanos em situação de vulnerabilidade.

Diante desse cenário sensível, verifica-se que a atual crise venezuelana intensificou o fluxo migratório para o Brasil, tornando a região do extremo norte do país uma porta de entrada para problemas que podem afetar a estabilidade regional. Esta pesquisa se deparou com o seguinte problema: em que medida estão sendo eficazes os procedimentos adotados pelo Componente Militar Brasileiro para enfrentar os impactos causados pelo recebimento do grande fluxo populacional venezuelano?

Nesse ínterim, para conseguir responder ao problema proposto e para verificar como foi a resposta do Estado Brasileiro frente a crise migratória venezuelana foi elencado o seguinte objetivo geral: analisar a participação do

Componente Militar Brasileiro nas ações governamentais em resposta aos impactos causados pela crise migratória venezuelana em território nacional.

E ainda com o fito de delimitar e alcançar o desfecho esperado para o objetivo geral, levantou-se os objetivos específicos para a consecução do fim deste estudo, os quais são elencados em seguida:

a) Descrever os impactos causados pela migração Venezuela na Região fronteira do Brasil;

b) Identificar a resposta do Estado Brasileiro em meio ao fluxo migratório de venezuelanos;

c) Analisar a atuação do componente militar como ator essencial para mitigar os impactos da migração venezuelana em território brasileiro.

Para justificar a relevância dessa pesquisa, se faz necessário compreender que a Venezuela vive um momento de grave instabilidade política, econômica e social, que resultou em mazelas, de difícil solução em curto prazo, principalmente para a população. O colapso do Estado Venezuelano fez com que milhares de cidadãos migrassem para outros países a procura de melhores condições de vida, entre eles para o Brasil (INDÁ, 2019).

Outro aspecto relevante é o fato do Estado de Roraima, por meio da cidade de Pacaraima, se constituir na principal porta de entrada de venezuelanos no país. O Estado possui a menor densidade demográfica do Brasil, cerca de 2,2 hab/Km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 605.761 pessoas, onde 399.213 residem em Boa Vista, capital (IBGE, 2019). Roraima possui aproximadamente 12% das fronteiras internacionais do país com a Venezuela e a Guiana. Sua infraestrutura de serviços básicos, especialmente saúde e segurança, não foram preparadas para absorver contingentes populacionais, tanto em Pacaraima quanto em Boa Vista. Sobre esse cenário, Franchi (2019, p. 8) destaca que:

Em tese, a absorção de um número inferior a 60 mil migrantes não deveria representar um problema grave em um país com mais de 200 milhões de habitantes. Entretanto, ao se levar em consideração as dimensões do Estado de Roraima, seu relativo isolamento geográfico e as limitadas capacidades do seu governo para lidar com uma entrada em massa de refugiados, entende-se como o número de deslocados venezuelanos passa a impactar diretamente nos serviços públicos, na precária infraestrutura disponível e na própria dinâmica social local. A impossibilidade de o Estado prover assistência de saúde, tanto a seus nacionais quanto aos deslocados, é uma das preocupações que cercam as crises migratórias em diferentes locais do planeta.

Diante dessa conjuntura catastrófica, o movimento migratório de venezuelanos afetou de forma significativa o Estado Brasileiro e têm gerado impactos que alteraram a rotina do Estado de Roraima, principal afetado. Isso fez com que o Governo Federal adotasse medidas para reduzir o grande contingente populacional recebido na região norte do país.

Nesse contexto, as Forças Armadas receberam a incumbência de atuar em uma missão de acolhimento de refugiados. Essa atuação ocorre em um contexto de crise humanitária dentro do território nacional, em coordenação com órgãos públicos e agências civis. É enquadrado nesse cenário de instabilidade e incertezas que o Componente Militar Brasileiro tem atuado para mitigar os impactos causados pela chegada de grande quantidade de imigrantes venezuelanos, que na maioria dos casos solicitam visto de refúgio no país e passam a ter diversos direitos e deveres como cidadãos brasileiros.

Outrossim, vale salientar a importância do assunto não somente porque ele provoca impactos diretos para o Brasil, mas também pelo valor estratégico do Estado de Roraima, tanto pela posição geográfica quanto pela localização na região amazônica, e por envolver um problema recorrente nos dias atuais: os movimentos migratórios (RAMIRO, 2018).

Dessa forma, a resposta do Estado Brasileiro aos impactos causados crise humanitária venezuelana, por meio da atuação das Forças Armadas, deve ser motivo de estudo, justificando a grande importância deste trabalho.

Em suma, a proposta desta pesquisa é relevante atualmente no país com base nos fatos acima mencionados, os quais puderam demonstrar a importância do assunto, uma vez que enfatiza um problema transnacional com elevada repercussão no cenário nacional e internacional. Além disso, encontra suporte no crescente interesse que o meio acadêmico e a mídia vêm dando ao tema. Deste modo, a pesquisa permitirá que os estudos realizados acerca do assunto contribuam com conhecimentos que possam auxiliar na solução para a questão que atinge região estratégica do território nacional e ameaça a estabilidade do continente Sul-Americano (JÚNIOR, 2018).

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica (livros, manuais, revistas especializadas e militares, normas internacionais, jornais, artigos, internet, trabalhos acadêmicos), com dados pertinentes ao assunto. Nesta oportunidade, foi feita a seleção de toda a documentação utilizada no trabalho. No prosseguimento, utilizou-se, a pesquisa documental, via digital, nos arquivos do Estado-Maior do Exército e Centro de Doutrina do Exército, onde se buscou documentação sobre a atuação do Componente Militar perante o fluxo migratório venezuelano.

Os procedimentos qualitativos de pesquisa foram a abordagem escolhida para o levantamento dos dados deste trabalho, tendo em vista a razão da natureza do problema dessa pesquisa e do perfil do pesquisador. Os dados foram tratados pela análise do conteúdo. Isto ocorreu durante toda a investigação, tanto na pesquisa bibliográfica quanto na documental.

Em relação às limitações do método escolhido, por se tratar de pesquisa bibliográfica foi limitada às consultas realizadas pelo autor. Entretanto, a maior variação possível foi premissa deste trabalho, sendo de extrema importância para a seleção das fontes a serem utilizadas, a fim de se evitar que a análise subjetiva seja tendenciosa. Assim, a metodologia utilizada teve por finalidade evidenciar de forma objetiva e clara, os seus tipos, universo e amostra, tratamento de dados e as limitações dos métodos elencados. Portanto, o método escolhido foi adequado, possibilitando alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

### 3 AS CAUSAS DA CRISE HUMANITÁRIA VENEZUELANA

Para a compreensão das causas que levaram à crise venezuelana é fundamental o entendimento da situação atual. Nesse ínterim, a pesquisa inicia com a assunção de Hugo Chávez, em 1998. Vitorioso na eleição pelo partido do Movimento Quinta República (MVR), Chávez fez parte da quebra do Pacto de Punto Fijo. Esse pacto consistia em um acordo firmado entre os três mais influentes partidos políticos com o objetivo de assegurar a estabilidade da Venezuela por meio da alternância de governos (MENDICELLI, 2013).

Hugo Chávez iniciou seu primeiro mandato com o objetivo de realizar mudanças diretamente relacionadas aos interesses ideológicos de esquerda e de caráter nacionalista. No poder, colocou em prática o que chamou de “Revolução Bolivariana”.

Em 1999, Chávez convocou um plebiscito para aprovar a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte e o povo decidiu apoiá-lo. Ao término dos trabalhos de confecção dessa nova constituição, Chávez submeteu a mesma ao referendo popular, obtendo êxito ao término de 1999. Pelo novo texto, foi criado o cargo de vice-presidente, no entanto esta função não dispõe de mandato, não era eleito pelo povo, era uma nomeação do Presidente da República (RAMIRO, 2018)

Sob o novo manto constitucional, Chávez convocou eleições presidenciais em 2000 e foi “reeleito”, renovando seu mandato, cujo período passaria de cinco para seis anos, começando a contagem a partir da nova posse, em janeiro de 2001. Desse modo, Hugo Chávez prolongou seu mandato, que terminaria em 2005, para janeiro de 2007. Ressalta-se que, pelas novas regras, desconsiderando as eleições de 2000, que apenas ratificou a sua eleição, Chávez poderia disputar uma única reeleição (RAMIRO, 2018).

Ainda em 1999, foi aprovada a chamada “Lei Habilitante”, que concedia poderes extraordinários ao presidente, permitindo que ele legislasse acerca de matérias de seu interesse. Nesse contexto foram aprovadas a Lei de Hidrocarbonetos, que norteou novas medidas no setor petrolífero, e Lei de Terras, que versou sobre a reforma e desenvolvimento agrário do país (VILLA, 2005). Os decretos com força de lei entravam em vigor mesmo antes da aprovação por parte do Legislativo. Com isso, Chávez se fortaleceu politicamente ao utilizar os decretos e, por meio de posturas nacionalistas e radicais, tornou seu governo autoritário e

centralizador, principalmente após a derrota da oposição por ocasião do referendo revogatório. Esses fatos levaram a redução das possibilidades de alternância do poder (MCCOY, 2005).

A Venezuela manteve a economia e as exportações do país com base quase que exclusivamente no petróleo, deixando de lado o desenvolvimento agrícola e industrial. E, por isso, enquanto os preços dos barris de petróleo estavam em alta nos anos 2000, o país conseguiu lucrar cerca de 750 bilhões de dólares, entre 2004 e 2015. Uma parte dos “petrodólares” foi destinada para ampliar os investimentos sociais, o que resultou em grande apoio popular. Esses programas sociais direcionados para as populações de baixa renda vieram a ser denominadas como “Missões Sociais”. (G1, 2018).

O período do governo de Hugo Chávez trouxe melhora significativa na área social. A ampliação do acesso a educação, a saúde e a habitação das camadas populares reduziram a pobreza no país de 49% para 27%. O aumento da renda per capita de 4.105 dólares para 10.810 dólares por ano fizeram da Venezuela o país menos desigual da América Latina. A inclusão e igualdade social, bem como o impacto cultural na mudança de valores e comportamentos, garantidos pelas “Missões Sociais” obtiveram apoio incondicional da população (ABRIL, 2019).

A Venezuela apresentou considerável crescimento econômico no âmbito da América Latina, de acordo com dados da CEPAL. Tal resultado cooperou com a redução do desemprego e do trabalho informal e contribuiu para reais ganhos remuneratórios. Todavia, essas políticas públicas tiveram um alto custo para sua manutenção (D’ÉLIA, 2006).

Chávez nacionalizou setores estratégicos de grande importância para a Venezuela, como as reservas de petróleo, telecomunicações e eletricidade. Ao tomar essas decisões, acabou afastando investimentos internacionais do país. Além disso, sua posição de aproximação com Fidel Castro, e afastamento dos EUA, não era bem vista por grande parte da sociedade internacional (POLITIZE, 2019).

O socialismo do século XXI<sup>1</sup> foi difundido por Chávez como forma de incentivo às outras nações latino-americanas a seguirem novos rumos políticos, de

---

<sup>1</sup> O socialismo do século XXI se constitui em uma nova proposta de socialismo que começou a ser difundida pela Venezuela entre os anos de 2004 e 2006 com a radicalização da revolução bolivariana.

caráter nacionalista e contrário a política neoliberal. As reformas importantes, como a nacionalização das indústrias estratégicas e reservas naturais, foram características da política implementada por Chávez. A empresa estatal PDVSA obteve a exploração exclusiva dos campos de petróleo, que, anteriormente, eram operados por empresas privadas estrangeiras, aumentando as taxas sobre a exploração (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

Outro aspecto relevante do chavismo esteve relacionado à política externa. O presidente Hugo Chávez considerou os Estados Unidos da América (EUA) como principal inimigo ao desenvolvimento da Venezuela e direcionava duras críticas à política externa norte-americana, considerada por ele como imperialista. Ademais, tinha controvérsias com vários países da América Latina, especialmente aqueles com viés ideológico de direita, como a Colômbia que permitiu a utilização, pelos EUA, de bases militares em seu território (EXAME, 2013).

O governo chavista foi responsável pela implantação de uma política cambial para impedir a desvalorização do bolívar, a moeda local, e limitar a compra de dólares pela população. Esse fato gerou um mercado paralelo de venda da divisa americana, resultando no aumento dos índices de corrupção, com desvio de dólares por intermédio desse mercado. Assim, o governo tentou manobras diversas, como a criação de bandas cambiais distintas, com o objetivo de estimular o aumento da produção nacional e evitar a crise financeira. Entretanto, a corrupção e a alta demanda fizeram a inflação disparar (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

No ano de 2007, o governo de Hugo Chávez anunciou a nacionalização de todos os setores que haviam sido privatizados. A partir desse momento, o Estado Venezuelano, por meio da PDVSA, assumiu o controle operacional das atividades primárias relacionadas aos hidrocarbonetos no Cinturão do Orinoco, centro do país. O governo venezuelano demonstrou clara restrição da liberdade de expressão quando da não renovação da permissão de funcionamento da estação de rádio privada RCTV, dando mostras de um governo autoritário (RAMIRO, 2018).

Mas as conquistas do governo de Chávez foram ofuscadas pela condução de uma política autoritária e marcadas por medidas de concentração de poder. Respalado por uma bancada favorável no Congresso, conseguiu aprovar leis que permitiram sua reeleição por tempo indeterminado. Entretanto, uma tentativa foi mal-sucedida. Chávez tentou incluir a reforma constitucional para tornar legal a reeleição

ilimitada, situação que lhe fora desfavorável, já que 50,7% dos venezuelanos disseram não a reeleição presidencial (JARDIM, 2009).

A Venezuela apresentou um alto grau de endividamento. A criação da Petrocaribe foi uma iniciativa do governo Chávez com o objetivo de fornecer petróleo a custos mais baixos para os países caribenhos alinhados ao chavismo. Além disso, a estatal PDVSA não recebeu investimentos em infraestrutura e sofreu com má gestão e alto grau de corrupção. Em 2017, a Justiça Venezuela condenou 90 ex-funcionários da PDVSA por desvio de dinheiro e o Departamento de Justiça dos EUA conduziu investigações que revelou um esquema de lavagem de dinheiro na estatal (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

Após comandar a Venezuela por 14 anos, Hugo Chávez veio a falecer em 05 de março de 2013. Todavia, mesmo com um cenário coberto de incertezas, no que se referia à sucessão presidencial, prevaleceu a figura do vice-presidente Nicolás Maduro, do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Este foi eleito presidente da Venezuela apoiado por políticos e derrotando Henrique Capriles, da Mesa da Unidade Democrática (MUD), após a realização das eleições presidenciais, em 15 de abril do mesmo ano, para dar continuidade às políticas do seu antecessor (EXAME 2019).

Para Franco (2016), a inflação, a insegurança e a escassez de produtos básicos já faziam parte contexto venezuelano logo no início do governo Maduro. Após as manifestações de estudantes e opositores ao governo que resultaram em confrontos violentos e a morte de 42 pessoas, a situação de agravou. A inflação que já atingia níveis elevados passou a ser a maior do mundo, segundo levantamento do FMI. Outros problemas graves levaram o Parlamento venezuelano a decretar situação de “crise humanitária” haja vista a escassez de remédios, o racionamento de energia, as longas filas nos supermercados e o aumento da criminalidade. Esses fatos aumentaram o descontentamento da população e acarretaram em uma grave onda de protestos e saques (VALÉRIO, 2017).

Em 2014, o preço do petróleo desabou motivado pela recusa do Irã e Arábia Saudita em assinar um compromisso para reduzir a produção. O barril de petróleo que era vendido a US\$ 138,50 passou a ser comercializado por quase metade ao final daquele ano, mantendo o patamar de US\$ 80 dólares. Esse fato abalou severamente a economia da Venezuelana, que era alicerçada na produção e

exportação desse recurso energético. A venda desse produto equivalia a cerca de 96% de todas as exportações que ocorriam no país. Tal situação desencadeou em desdobramentos que levaram a diminuição de investimentos em programas sociais e no aumento na cobrança de impostos (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

O governo Maduro adotou práticas típicas da esquerda bolivarianista. Entre elas se destacam as medidas paliativas como o congelamento de preços e controle cambial, na tentativa de garantir a aquisição de itens de primeira necessidade, de frear a saída de dólares do país e controlar a inflação. No entanto essas medidas não obtiveram sucesso e desestruturaram a economia. A população sofreu os efeitos colaterais agudos como a crise de desabastecimento que devastou o país (TERRA, 2014).

Na tentativa de supervalorizar a moeda venezuelana, o governo provocou distorções de valores que causaram a crise de desabastecimento e contribuíram para um cenário de hiperinflação. Ademais, o governo passou a imprimir mais dinheiro para cobrir o rombo nas contas públicas devido à queda do preço do petróleo e redução no fluxo de divisas, gerando cada vez mais inflação (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

O aumento exacerbado da violência é uma das causas da revolta da população venezuelana. O país passou a ter uma das taxas de homicídio mais altas do mundo, com 91,8 homicídios a cada 100.000 mil habitantes, segundo dados de 2016 do OVV (Observatório Venezuelano da Violência). A impunidade dos infratores e a presença de milícias armadas são motivos de indignação e questionamentos por parte da sociedade. As manifestações nas ruas se dividiam entre apoiadores e opositores do atual governo de Nicolás Maduro, o qual tentava frear os protestos e alegava que sua administração estaria enfrentando uma “tentativa de golpe de nazifascistas” (TERRA, 2014).

O chavismo perdeu o controle do parlamento em 2015 quando a oposição conquistou a maioria das cadeiras na Assembleia Nacional, revertendo o domínio dos socialistas representados pelo presidente Nicolás Maduro por quase duas décadas. A instabilidade foi instaurada, pois Maduro passou a acusar constantemente a oposição de tentar tirá-lo do poder (BBC, 2015).

Nesse contexto de agitação política e da queda brusca do preço do petróleo no comércio internacional, Nicolás Maduro decretou o Estado de Emergência

Econômica por sessenta dias em 2016. Tal medida permitia ao governo, entre outras atribuições, dispor de recursos sem o controle do parlamento, assim como de bens e mercadorias de empresas privadas para garantir o abastecimento, além de restringir o sistema monetário e o acesso à moeda local e estrangeira (G1, 2016).

O governo venezuelano decidiu convocar uma Assembleia Nacional Constituinte para esvaziar totalmente o poder do Legislativo e criar uma instancia paralela de decisão. Além disso, estavam previstos a renovação do estado e a criação de uma nova constituição. Com isso, foi desencadeada uma onda de protestos violentos pelo país que resultaram na morte de 120 pessoas e 2 mil feridos (CORAZZA; MESQUITA, 2018).

A Assembleia Nacional, controlada pela oposição, declarou em janeiro de 2017 o "abandono de cargo" do presidente Nicolás Maduro. A Assembleia avaliou que o presidente não vinha cumprindo suas obrigações constitucionais em meio à grave crise econômica e encaminhou uma petição por novas eleições. Dessa forma, o embate político em curso no país foi intensificado (MARCO, 2017).

Em maio de 2017, Maduro foi reeleito presidente da Venezuela com 68% dos votos, em uma eleição contestada dentro e fora do país. A oposição acusou o governo de comprar votos e de impedir a participação de grande parte dos políticos não-governistas e que por isso havia indícios de fraude eleitoral. Essa instabilidade gerada contribuiu para agravar ainda mais a crise venezuelana e resultou na suspensão do país da OEA (Organização dos Estados Americanos), por desrespeito à Carta Democrática Interamericana.

Buscando formas de contribuir com a estabilização da Venezuela foi criado em 2017, o Grupo de Lima, na capital do Peru, reunindo ministros das relações exteriores de 14 países para entre eles, Peru, Brasil, Colômbia, Argentina, México e Canadá. Aliado a isso, por meio do protocolo de Ushuaia, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL. Esses fatos levaram a um isolamento venezuelano no contexto da América Latina (R7, 2019).

O chavismo imprimiu esforços no sentido de conter, no período de 2014 a 2017, as manifestações e desarticular a força política da oposição, a MUD, após rígida repressão. Isso ocorreu pelo fato da oposição venezuelana ter saído às ruas, pela terceira vez em cinco anos, contestando o governo do presidente Nicolás Maduro. Com nova liderança na direção, a MUD se reorganizou, interna e

externamente, para tentar tirar o chavismo do poder. Entretanto a perseguição empreendida pelo governo aos líderes da oposição resultou na saída do país de Julio Borges, Antonio Ledezma e David Smolansky e com a prisão de Leopoldo López, além da perda de direitos políticos de Henrique Capriles (EXAME, 2019).

Com tudo, um nome desconhecido do grande público assumiu o comando da Assembleia Nacional, em razão das principais lideranças opositoras se encontrarem presas ou no exílio. Coube a Juan Guaidó, deputado pelo Voluntad Popular, partido de Leopoldo López, liderar um novo plano, gestado, tanto fora quanto dentro da Venezuela.

O grande desafio de Guaidó seria unir essa parcela da população à massa da classe média que tradicionalmente marcha com a oposição. A população tradicionalmente chavista começou a sentir para valer a crise. Tanto pela falta de alimentos, como pelos cortes quase diários de luz, gás e água. Com esse objetivo, Guaidó mudou o tradicional discurso de antigos opositores, centrado no antagonismo ao chavismo. Falou em transição pacífica e ofereceu anistia a chavistas descontentes com Maduro, tanto no Exército quanto na burocracia estatal. Com a crise, principalmente o baixo oficialato e funcionários de menor poder aquisitivo passaram a sofrer com a escassez e a falta de serviços básicos (EXAME, 2019).

Em 11 de janeiro de 2019, Juan Guaidó se declarou presidente interino da Venezuela com a determinação de substituir o governo ditatorial venezuelano de Maduro. Ele recebeu apoio dos países integrantes do Grupo de Lima e do secretário da OEA, Luiz Almagro. Com isso, o embate entre oposição e governo se acirrou ainda mais.

#### 4 OS IMPACTOS DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL

A América Sul é palco de uma crise humanitária sem proporções e que transborda problemas para os outros países, inclusive da América Latina. O vetor desse fenômeno é a crise venezuelana, haja vista que o país não apresenta condições razoáveis para que seu povo viva com dignidade, repelindo-os para fora de seu país (LAFUENTE, 2017).

Sobre o cenário enfrentado pela República Bolivariana da Venezuela, Franchi (2019) destaca que:

A Venezuela possui aproximadamente 2.199 Km de fronteira com o Brasil (12,2% das fronteiras terrestres brasileiras), além de limites com a Colômbia e a Guiana. O Estado venezuelano de Bolívar faz fronteira com os estados do Amazonas e Roraima. Roraima é o estado mais setentrional do Brasil e tem características peculiares: está isolado da rede elétrica nacional, o que limita a instalação de indústrias; possui grandes áreas demarcadas como Terras Indígenas; dispõe de uma oferta limitada de postos de trabalho; e tem uma baixa densidade demográfica, que se converte em um planejamento estatal de infraestrutura de saúde, segurança e educação dimensionada para a população existente, cerca de meio milhão de pessoas.

Nesse contexto, a vasta fronteira é dominada pela floresta amazônica, criando uma região de difícil acesso. Todavia, foi no estado de Roraima, mais especificamente na cidade de Pacaraima, distando cerca de 213km da capital Boa Vista, que se estabeleceu a principal porta de entrada da maioria dos venezuelanos. Este fato é facilitado, pois em parte da fronteira entre os países tem como vegetação característica o lavrado, espécie de cerrado, relativamente plano, que possibilita o trânsito mais fácil de pessoas (FRANCHI, 2019). Com isso, o Brasil se configura como uma opção viável para o refúgio dos venezuelanos em busca de melhores condições de vida e novas oportunidades.

A partir de 2015, o transbordamento do colapso estatal venezuelano para o Brasil ficou mais evidente. O aumento desordenado do fluxo de migrantes venezuelanos que adentraram a fronteira terrestre brasileira pela cidade de Pacaraima gerou severos impactos nas estruturas socioeconômicas, desestabilizando o Estado de Roraima (ROSA, 2018).

Esse fluxo migratório de venezuelanos se tornou o maior movimento populacional em massa da América Latina e o 2º maior do mundo, atrás apenas dos sírios. Ao todo são mais de 4,5 milhões de venezuelanos que deixaram o país. Segundo dados do Sistema de Tráfego Internacional entre 2017 e 2019, adentraram

ao Brasil cerca de 545.000 mil venezuelanos, tendo permanecido 234.000, sendo que destes 132.573 se registraram como migrantes junto a SISMIGRA da Polícia Federal (ACNUR, 2020).

FIGURA 1 – A fronteira entre Roraima e Venezuela



Fonte: Amazônia Notícia e informação (Adaptado pelo autor)

O fluxo de refugiados venezuelanos para o Brasil é facilitado pela existência da rodovia BR-174, eixo rodoviário que liga as cidades de Pacaraima a Boa Vista e segue para Manaus, distando 750 quilômetros da capital roraimense. Além disso, a existência do bioma cerrado na fronteira entre Brasil e Venezuela facilita o fluxo ilegal de pessoas, tornando a fronteira naquela área mais permeável e mais suscetível aos delitos transfronteiriços. A região também conta com baixa densidade demográfica de Roraima e dos estados venezuelanos de Bolívar e Amazonas, o que faz com que existam poucos núcleos urbanos mais bem estruturados na zona limítrofe, se destacando as cidades de Santa Elena de Uairén (Venezuela) e Pacaraima, com aproximadamente 30 mil e 17 mil habitantes, respectivamente (FRANCHI, 2019).

Os impactos sofridos pelo grande fluxo de venezuelanos que procuraram refúgio foram inúmeros, principalmente no Estado de Roraima, em especial nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. O Brasil computou o registro de 124.808 migrantes venezuelanos entre fevereiro de 2018 e janeiro de 2019, segundo dados

da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI). A capital roraimense registrou que aproximadamente de 40 mil imigrantes venezuelanos são residentes, o que corresponde a cerca de 10% da população da cidade. Essas pessoas fugiram da fome e almejavam escapar da severa escassez de remédios, da instabilidade política e de uma inflação de cerca de 10.000.000%, que desvalorizavam a moeda e faz com que muitas pessoas procurem comida no lixo (INDÁ, 2019).

Um dos setores mais afetados pelo grande fluxo de venezuelanos foi o da saúde pública. Antes da intensificação da migração venezuelana, aproximadamente 30 pessoas eram atendidas por dia em um dos dois postos de saúde da cidade. Em fevereiro de 2018, a média de atendimentos girava em torno de 80 pessoas em cada um desses postos (OLIVEIRA, 2018).

A infraestrutura de saúde limitada do Estado de Roraima entrou em colapso, por não estar preparada para absorver um vasto contingente populacional. A grande presença de venezuelanos nas maternidades, nos hospitais e nos postos de saúde locais extrapolou a capacidade de atendimento e internações, vindo a prejudicar, inclusive, o serviço para a população local (OLIVEIRA, 2018).

Segundo dados do Ministério da Saúde, o estado de Roraima registrou em 2017 o atendimento hospitalar de 9.340 venezuelanos, um aumento de 216% em relação a 2015 (VECCHIO, 2018). O Hospital Geral de Roraima é responsável por atender 80% dos adultos de todo o estado. Em 2016, o hospital computou o atendimento a 1.815 venezuelanos, mais do que o triplo dos atendidos em 2015. Já em fevereiro de 2017, o hospital estava prestando atendimento para 300 pacientes venezuelanos por mês, em média (OLIVEIRA, 2018).

Segundo dados da Human Rights Watch, em 2017, os atendimentos em Boa Vista no Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazareth a mulheres venezuelanas chegaram a 807, praticamente o dobro, quando comparado com o ano anterior. O número de partos também cresceu sensivelmente na maternidade. No 1º trimestre de 2018 houve um acréscimo superior a 10% em relação ao número total de partos realizados (BARRETO, 2018).

A sobrecarga dos serviços de saúde impacta severamente a população de Roraima. De acordo com Chaves (2018), o número de atendimentos médicos a cidadãos venezuelanos em Roraima, no período de três anos, aumentou 1.880%, passando de 760 em 2015 para mais de 15 mil em 2017. Até mesmo venezuelanos

que não tem a intenção de migrar para o Brasil viajam mais 12 mil km para receber atendimento médico no Brasil, em razão da indisponibilidade desse serviço seu país natal e da falta de medicamentos. Dessa maneira, é perceptível que os custos para os cofres públicos de Roraima, bem como a sobrecarga no sistema, suplantam a capacidade instalada e pioram o atendimento à população dessa região, que já possui diversas limitações (CHAVES, 2018).

Ainda no tocante à saúde pública, verifica-se que o aumento de endemias, de doenças infectocontagiosas e o reaparecimento de doenças, que até então, eram dadas como erradicadas no Brasil, como o sarampo e a poliomielite e se constituem em outro grave impacto (ROSA, 2018).

Os primeiros casos de Sarampo foram notificados em fevereiro de 2018 na cidade de Boa Vista. Segundo dados do Ministério da Saúde, o intenso fluxo de venezuelanos contribuiu para a propagação do vírus, que atingiu com maior gravidade Roraima. Ressalta-se que, em Boa Vista, após o primeiro registro da doença, estes vieram a aumentar em 4.100% em 50 dias (BARRETO, 2018). Os casos confirmados de sarampo apontaram que 66% dos infectados são venezuelanos, com idade entre 1 e 9 anos (SAÚDE, 2020).

No que tange ao aumento da criminalidade, observa-se que essa situação se constitui como mais um dos impactos da migração venezuelana. A falta de um controle no fluxo de entrada de imigrantes na fronteira de Roraima com a Venezuela era um dos fatores que contribuíram para a piora na criminalidade de Roraima. A capital do Estado verificou um grande aumento no número de crimes cometidos por imigrantes, em sua maioria venezuelanos. Os números divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado revelam que nos anos de 2017 e 2018 foram registradas 5.939 ocorrências envolvendo estrangeiros, sendo que 95% desses casos foram praticados por venezuelanos (RODRIGUES, 2019).

O cotidiano das cidades de Pacaraima e Boa Vista foram alterados profundamente, principalmente após 2016. Os setores de saúde e segurança foram os mais afetados. Os postos de saúde e hospitais tiveram suas capacidades de atendimentos extrapoladas. Ocorreu ainda o aumento do índice na incidência de assaltos, furtos e homicídios, os quais não faziam parte da rotina dessas cidades. A prostituição também aumentou nessa região como forma de alternativa por parte das venezuelanas recorrerem a uma fonte alternativa de renda (FRANCHI, 2019).

A desordem resultante do aumento do fluxo migratório venezuelano é visível no centro da cidade de Boa Vista. O acúmulo de pessoas acampadas nas ruas e em outros espaços públicos mudou a paisagem local. O trânsito é caótico e lojas de vestuário e farmácias passaram a comercializar arroz e outros mantimentos consumidos por venezuelanos para suprir a grande demanda.

No ano de 2016, o Estado de Roraima registrou a primeira explosão no número de venezuelanos detidos por cometerem crime: pouco mais de 80. Ainda em 2016, 12 cidadãos venezuelanos haviam sido presos. Na oportunidade, a delegada chefe do Departamento de Narcóticos (DENARC) do estado, Francilene Hoffmann, afirmou que a maioria das prisões estava relacionada ao tráfico de drogas, apesar de o governo não ter um detalhamento da motivação (ROXO, 2016). Segundo o Governo do estado de Roraima, a intensificação do fluxo migratório de venezuelanos para o Estado acarretou no recrudescimento de problemas de segurança pública, inclusive o crime organizado. Dados oficiais apontam que em janeiro de 2018 existiam 28 presos de origem venezuelana em Roraima e que esse número aumentou para 300 presos em maio de 2019, impactando fortemente o sistema carcerário. Entre os presos existem suspeitos de ligação com organizações criminosas do Brasil (FOLHA WEB, 2018).

Os crimes contra o patrimônio, furto e roubo estão entre os que tiveram um aumento considerável entre os cometidos pelos imigrantes. Os dados da Polícia Militar de Roraima revelam que parte desses delitos é realizado com o intuito de se alimentar ou prover o alimento daqueles que estão sob sua proteção (RODRIGUES, 2019). Dentre os objetos que mais têm sido furtados, os aparelhos celulares se destacam, pois a venda clandestina desses dispositivos tem representado a sobrevivência de venezuelanos que vivem marginalizados em Boa Vista e Pacaraima (FOLHA WEB, 2018).

O aumento da violência no Estado de Roraima é um reflexo do grande número de venezuelanos desocupados que adentraram ao Estado. De acordo com dados fornecidos pelo Setor de Estatística e Análise Criminal da Secretaria Estadual de Segurança do Estado de Roraima (SESP-RR), entre 2015 e 2016, houve aumento de 1.520% nos crimes cometidos por indivíduos de nacionalidade venezuelana em Roraima. Sendo que as maiores incidências foram de furto, com

700%; estupro, 400%; lesão corporal, 200%; tráfico de entorpecentes, 200%; roubo, 100%; ameaça, 70%; e tentativa de homicídio, 100%. (MORAES, 2017).

Além disso, observam-se casos de aversão e discriminação em relação aos venezuelanos, conhecidos como xenofobia. Essa situação se refletiu em atos de violência que também fazem parte da realidade da migração. Segundo matéria de O Tempo, no mês de fevereiro de 2018, a Secretaria de Segurança Pública de Roraima registrou dois casos de violência contra venezuelanos no Estado. Em um deles uma criança de 3 anos e seus pais ficaram gravemente feridos quando uma bomba caseira foi lançada contra a casa onde estavam abrigados em Boa Vista. No outro caso, também em Boa Vista, câmeras de segurança filmaram um homem atendo fogo contra uma casa onde viviam 31 venezuelanos (MENDONÇA, 2018).

A ocorrência de atos xenófobos se constituiu em preocupação permanente da ACNUR. É explícito o ressentimento na população roraimense afetada tanto pela precarização ainda maior de serviços públicos, pressionados pela demanda dos novos usuários, como pela sensação de insegurança. Ressalta-se que a prática de atos xenófobos passou a ser mais evidente à medida que o volume de imigrantes cresceu (MENDONÇA, 2018).

Em Pacaraima, em 2018, os casos de violência contra venezuelanos se acentuaram. Grupos de brasileiros perseguindo refugiados venezuelanos provocaram confrontos com a utilização de pedras, bombas de gás e a incineração dos pertences de refugiados e a vandalização de carros. Isso ocorreu após um comerciante brasileiro ser surrado por venezuelanos em uma tentativa de assalto. Os refugiados tiveram suas tendas incendiadas e foram forçados a recuar para além da fronteira brasileira (PRADO, 2018).

O mercado de trabalho atrofiado e a incipiente economia do Estado de Roraima não favorecem a absorção do grande número de venezuelanos que chegam diariamente. Aliado a esses fatos, a dificuldade com a língua portuguesa e a falta de qualificação profissional dificultam ainda mais o acesso aos empregos. Como consequência, os resultados são impactos sociais de toda ordem como a mudança do cotidiano das cidades, invasão de espaços públicos por famílias de desabrigados, o aumento dos índices de prostituição e a mendicância (OLIVEIRA, 2018).

A busca por oportunidades de emprego leva os venezuelanos a aceitarem trabalho em fazendas ou em obras e, por vezes, são vítimas de condições análogas ao trabalho escravo, principalmente por desconhecer a legislação brasileira. Isso corrobora para o agravamento dos desequilíbrios sociais na região, criando uma população venezuelana marginalizada dentro do território brasileiro, que recorre a pequenos delitos e furtos em prol da sobrevivência. Tais fatos maximizaram o sentimento de aversão aos imigrantes venezuelanos, evoluindo para uma xenofobia em massa (BRAZ, 2018).

Desse modo, verifica-se que a região do extremo norte brasileira foi afetada pelo transbordamento da crise venezuelana mediante o aumento desordenado do fluxo migratório venezuelano para o país. O Estado de Roraima foi impactado em suas estruturas socioeconômicas, resultando na redução da qualidade dos serviços sociais nesse estado, tanto para a população local quanto para os imigrantes. A absorção de quase que a totalidade desses imigrantes ocasionou uma situação de grave vulnerabilidade social em Roraima, demandando uma resposta do Estado Brasileiro para mitigar os impactos.

## **5 A RESPOSTA DO ESTADO BRASILEIRO**

A depressão vivida pela República Bolivariana da Venezuela em razão de uma conjunção de fatores como a deterioração econômica, a erosão da governabilidade, o uso de medidas de exceção, o caos social e a falta de perspectiva da sociedade, estimularam o êxodo migratório venezuelano em direção a vários países (DUARTE, 2019).

Com o aumento do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, especialmente o Estado de Roraima, passou a receber uma grande quantidade de cidadãos do país vizinho com a intenção de permanecer naquele estado, em busca de novas oportunidades e melhores condições de vida (DUARTE, 2019).

Dessa forma, o aumento populacional no extremo norte do Brasil gerou uma crescente tensão naquela região. Este fator levou o governo brasileiro a intervir de modo sistemático com o intuito de amenizar os impactos econômicos e sociais sofridos pelo Estado de Roraima (FRANCHI, 2019).

### **5.1 A Resposta por meio do Componente Civil**

O grande êxodo migratório de venezuelanos para o Brasil começou a ser sentido no final de 2016. O governo de Roraima e as prefeituras locais já vinham executando ações em parceria com organizações não governamentais e setores da sociedade civil, a fim de prestar assistência aos venezuelanos que chegavam ao Estado. Entretanto, a partir de 2017, o fluxo migratório efetivamente extrapolou as capacidades municipais e estaduais de fornecimento de serviços básicos aos refugiados (FRANCHI, 2019).

As respostas do componente civil se iniciaram por meio da evolução da legislação brasileira que trata da migração. Em 24 de maio de 2017 entrou em vigor a Lei nº 13.445, a qual instituiu a nova Lei de Migração brasileira e revogou o Estatuto do Estrangeiro, a então Lei nº 6.815 de 1980. A Lei de Migração veio a ser regulamentada pelo Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017 e foi elaborada sob a ótica dos direitos humanos, adotando princípios voltados para a não discriminação, combate à homofobia e igualdade de direitos, estando assim em consonância com obrigações internacionais assumidas pelo Brasil (DUARTE, 2019).

A atual lei é considerada um marco evolutivo mundial em termos migratórios, pois congrega a inserção das normas internacionais que já eram observadas e atendidas pelo ordenamento jurídico brasileiro. Considera, também, que os imigrantes e visitantes que entram no Brasil como cidadãos dotados de garantias, direitos e deveres (DUARTE, 2019).

A nova Lei de Migração também ampliou os direitos dos residentes fronteiriços, que pela antiga Lei 6.815/80 somente tinham a autorização de entrar em território brasileiro, sem a necessidade de passaporte ou visto, atualmente os residentes fronteiriços, de acordo com o artigo 23, tem facilitada sua livre circulação, podendo requerer a autorização para a realização de atos da vida civil no Brasil (DUARTE, 2019).

Da evolução legal relativa ao tema migração e seus diferentes institutos, verifica-se que o Brasil se alinhou ao pensamento mundial no que tange ao problema globalizado de movimentações humanas através de fronteiras em busca de melhores condições de vida (DUARTE, 2019).

De acordo com o Governo Federal brasileiro as principais alterações e avanços da lei nº 13.445 foram:

Proteção aos apátridas Nenhuma outra norma anterior à Lei de Migração tratava da proteção aos apátridas, asilados e brasileiros no exterior, apenas tratados internacionais. A nova Lei organiza a cooperação jurídica entre países para essa finalidade. Acolhida humanitária A nova lei determina a existência de um visto temporário específico para o migrante em situação de acolhida humanitária, para pessoas que precisam fugir dos países de origem, mas que não se enquadram na lei do refúgio. A legislação também contempla migrantes que vêm ao Brasil para tratamentos de saúde e menores desacompanhados. Regularização documental Migrantes com documentação inexistente ou irregular poderão regularizar a situação dentro do Brasil. O Estatuto do Estrangeiro determinava que o estrangeiro tinha de sair do Brasil e aguardar emissão de visto no país de origem, o que podia ou não acontecer. Manifestação política O Estatuto do Estrangeiro proibia imigrantes de participarem de qualquer atividade de natureza política. A nova lei acaba com a proibição e garante o direito do imigrante de se associar a reuniões políticas e sindicatos. Trabalhadores marítimos Além do respeito aos Direitos Humanos, a Lei de Migração deve ter impactos positivos sobre a economia do turismo no Brasil. O Estatuto do Estrangeiro determinava que tripulantes internacionais que trabalham nos 43 navios precisavam pagar taxas consulares ao Ministério do Trabalho. A nova lei acaba com essa exigência, o que reduz custos, simplifica a operação dos cruzeiros. A medida deve, assim, atrair mais cruzeiros e gerar emprego e renda (BRASIL, 2017).

Além disso, a Portaria Interministerial nº 09/2018, que sucedeu à Resolução Normativa CNIg 126/2017, concedeu a autorização de residência temporária, que posteriormente pode ser convertida em autorização de residência com prazo

indeterminado. Aliado ao complemento sobre a temática do refugiado prevista no decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que sistematizou o tema de refúgio no Brasil. Dessa forma, o número de imigrantes venezuelanos que adentraram no Brasil aumentou drasticamente a partir de 2017 com a modernização das leis e decretos que versam sobre migração. Tanto as solicitações de refúgio como os registros de migrantes estão entre as opções para regularização da situação dos venezuelanos no Brasil (BRASIL, 2017).

No início de fevereiro de 2018, a governadora de Roraima, Suely Campos, ingressou com uma ação junto ao STF solicitando que a fronteira com a Venezuela fosse fechada temporariamente. Tal ação se justificava como uma tentativa para amenizar os impactos da maciça migração venezuelana e proteger o povo de Roraima, tendo em vista que o desequilíbrio social e econômico estava causando naquele estado (RODRIGUES, 2018).

Entretanto, a ministra Rosa Weber, do STF, indeferiu o pedido formulado pelo governo de Roraima no sentido de limitar o ingresso de refugiados venezuelanos no Brasil. A ministra explicou que a decisão sobre o fechamento de fronteira é matéria que se refere a relações entre o Estado brasileiro e os países vizinhos, constituindo-se em competência privativa do presidente da República, nos termos do artigo 84, inciso VII, da Constituição Federal. Ainda segundo a ministra Rosa Weber, a Lei de Migração (Lei 13.445/2017), que define os princípios e diretrizes da política migratória brasileira, prevê, entre outros pontos, a acolhida humanitária, o fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante. Além disso, o fechamento da fronteira causaria o descumprimento do dever de proteção assumido internacionalmente, ofendendo à cláusula constitucional asseguradora do devido processo legal – artigo 5º, LIV, da Constituição Federal de 1988 (CF/88) (STF, 2018).

Diante de toda problemática vivida pelo Estado de Roraima e da repercussão nacional e internacional, em fevereiro de 2018, o governo federal decidiu intervir de modo sistemático. O Presidente Michel Temer resolveu, por meio da medida provisória nº 820 de 15/02/2018, constituir o “Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente

de fluxo migratório provocado por crise humanitária”. Esse comitê se constituiu em um esforço multiministerial com o objetivo de articular os esforços dos governos federal, estadual, distrital e municipal. Sobre essa medida provisória, Franchi (2019, p.10) enfatiza que:

A medida provisória nº 820 de 15 de fevereiro de 2018 delimitou dez áreas prioritárias: (1) proteção social; (2) atenção à saúde; (3) oferta de atividades educacionais; (4) formação e qualificação profissional; (5) garantia dos direitos humanos; (6) proteção dos direitos das mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população indígena e comunidades tradicionais atingidas; (7) oferta de infraestrutura e saneamento; (8) segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras; (9) logística e distribuição de insumos; e (10) mobilidade, distribuição no território nacional e apoio à interiorização.

Ainda nesse contexto, os Decretos Presidenciais nº 9.285 e nº 9.286, ambos de 15 de fevereiro de 2018, foram adotados e acompanharam a MP 820 no sentido de reconhecer a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária que o Estado de Roraima estava exposto e por definir a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial, respectivamente. Esse comitê seria composto por representantes de diversos órgãos governamentais e ministérios, entre eles a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional. Cabe ressaltar que, coube ao Ministério da Defesa atuar como Secretaria-Executiva do Comitê Federal de Assistência Emergencial e prestar o apoio administrativo, ficando como seu encargo a operacionalização e, se necessário, a execução das despesas relativas a reuniões do Comitê (Brasil, 2018).

Paralelamente, o governo federal editou outras medidas provisórias para auxiliar no acolhimento de imigrantes venezuelanos que se dirigiram ao Estado de Roraima para fugir da crise econômica e política no país vizinho. Foi editada a medida provisória nº 823, de 09 de março de 2018 abrindo crédito extraordinário no valor de R\$ 190 milhões, a medida provisória nº 857, de 11 de novembro de 2018, abrindo crédito extraordinário no valor de R\$ 75.280.000,00 milhões e a medida provisória nº 880 de 30 de abril de 2019 abrindo crédito extraordinário no valor de R\$ 223.853.000,00 milhões, ambas em favor do Ministério da Defesa. A Constituição Federal permite que o governo adote medida provisória de crédito extraordinário para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, que se enquadra nos impactos sofridos

pelo Estado de Roraima em função da crise humanitária que atravessa a República Bolivariana da Venezuela (BRASIL, 2018).

Em 21 de junho de 2018 foi aprovada a Lei nº 13.684, que na verdade se constituiu na conversão da medida provisória nº 820. Entretanto o artigo 5º da referida medida foi vetado pelo presidente da república pelo entendimento de que a instituição de cotas entre as unidades da federação para o recebimento de imigrantes violava o direito constitucional de locomoção e liberdade, garantido pelo artigo 5º, inciso XV da Constituição Federal, que se aplicava a brasileiros e estrangeiros (BRASIL, 2018).

## **5.2 A Resposta por meio do Componente Militar**

A resposta do Componente Militar veio amparada em diversas legislações que autorizaram o emprego das Forças Armadas, em situações como no contexto da imigração venezuelana na região do extremo norte do país. Verifica-se que as bases legais para sua atuação foram elencadas em diversas legislações, como no âmbito constitucional do artigo nº 142 da CF/88, na Lei Complementar nº 97 de 1999, a qual dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas e com as alterações promovidas pelas Leis Complementares nº 117 de 2004 e nº 136 de 2010, que conferem às Forças Armadas as atribuições subsidiárias, entre elas cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil e atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre (BRASIL, 2014).

Consubstanciando o artigo 6º da Medida Provisória nº 820 e o Decreto nº 9.286, foi publicada a Resolução nº 1 de 21 de fevereiro, do Comitê Federal de Assistência Emergencial, o qual nomeou indicou para o cargo de Coordenador Operacional no Estado de Roraima, o General de Divisão Eduardo Pazuello, do Exército Brasileiro. Caberia a esse General coordenar as ações emergenciais com a utilização do componente militar, em colaboração com órgãos, agências governamentais e organizações não-governamentais, brasileiras e estrangeiras (OLIVEIRA, 2019).

Após a nomeação do Gen Pazuello, o Ministro da Defesa expediu a Diretriz Ministerial de nº 3, de 28 de fevereiro de 2018, a qual autorizou a Operação Acolhida, que teria por objetivo realizar o acolhimento humanitário de imigrantes

venezuelanos no Estado de Roraima. Com a finalidade de colocar em prática o planejamento e execução da Operação Acolhida foi concebida a Força-Tarefa Logística Humanitária para o Estado Roraima. Essa Força-Tarefa ficou encarregada de unir os esforços dos governos federal, estadual e municipal no tocante às medidas de assistência emergencial para acolher os cidadãos venezuelanos, bem como a interação com outras agências. Também foi criada a Operação Controle, atendendo ao previsto na Diretriz Ministerial nº 04/2018, com o objetivo intensificar as ações de vigilância na faixa de fronteira Brasil-Venezuela, ficando a cargo da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (SILVA et al., 2019).

As duas cidades roraimenses que mais foram impactadas pelo fluxo migratório venezuelano foram Boa Vista e Paracaima. Por este motivo, a Força Tarefa estabeleceu seu posto de comando na capital roraimense, que conta com a participação de militares da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, e uma base avançada em Pacaraima, região fronteira com a Venezuela. Cabe destacar que Boa Vista é sede da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e Pacaraima possui o 3º Pelotão Especial de Fronteira, organizações militares que cooperam com a Operação Acolhida desde seu início. Em 2019, foi criada uma base avançada na cidade de Manaus para apoiar as ações de interiorização e para o acolhimento de venezuelanos (OLIVEIRA, 2018).

O emprego do Componente Militar na ajuda humanitária aos refugiados venezuelanos se deu no contexto das Operações interagências. Esse fato ocorreu em razão da participação de integrantes de agências civis, organismos internacionais, órgãos não governamentais e entidades civis. Nesse sentido as operações interagências surgem motivadas pelas seguintes necessidades:

Quando um Estado decide realizar alguma ação, aplicando a força para fazer valer interesses dentro ou fora do seu território, as Forças Armadas formam o componente preponderante em relação aos demais instrumentos disponíveis, valendo ressaltar que os planejamentos para a execução de Operação de Garantia da Lei e da Ordem deverão ser elaborados no contexto da Segurança Integrada, podendo ser prevista a participação de órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Segurança Pública, entre outros, nos níveis federal, estadual e municipal. Nos episódios em que é necessário o emprego, em larga escala, de recursos humanos e materiais, as Forças Armadas são as primeiras a serem consideradas, tendo em vista sua capilaridade, organização, eficiência e capacidades ímpares. Fomentar a unidade de esforços é, sem dúvida, o empreendimento cooperativo mais relevante da atualidade, no que concerne ao gerenciamento de crises. Essa condição envolve, além das Forças Armadas, grande número de órgãos e entidades da administração pública. Em algumas situações, organizações não governamentais, empresas privadas e organismos internacionais poderão ser incluídos nesse empreendimento. O termo interagências deriva,

então, da parceria e sinergia de esforços envolvendo órgãos governamentais e não governamentais podendo ser nacionais e/ ou internacionais, estruturados para alcançar objetivos políticos e estratégicos de interesse nacional, harmonizando culturas e esforços diversos, em resposta a problemas complexos, adotando ações coerentes e consistentes. Dessa forma, a Defesa torna-se um dos vetores, dentro da linha de ação adotada, para a prevenção de ameaças, reação a hostilidades ou para gerenciamento de crises, junto de outras estruturas de poder do Estado e da sociedade (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017, p. 11).

## 6 A ATUAÇÃO DO COMPONENTE MILITAR

### 6.1 A Operação Acolhida

A Operação Acolhida está enquadrada dentro das atribuições subsidiárias das Forças Armadas, conforme prevê a Lei Complementar nº 136. Ela se constitui na operação de maior envergadura realizada pelas Forças Armadas no contexto do acolhimento dos imigrantes venezuelanos. Configura-se como uma missão de natureza humanitária, conjunta e interagências. Sobre essas características, Oliveira (2018, p. 6) destaca que:

É humanitária, pois tem como finalidade principal o acolhimento de imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade. É conjunta, pois envolve efetivos da Marinha, do Exército e da Força Aérea. É interagências, pois ocorre uma clara “interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços”, no sentido de acolher os venezuelanos desassistidos, de maneira organizada, sistemática e eficiente.

Para a consecução da Operação Acolhida, como visto anteriormente, o Comitê Federal criou em 1º de março de 2018 a Força-Tarefa de Logística Humanitária (FT Log Hum). O Exército Brasileiro foi definido como ator principal no contexto do fluxo migratório venezuelano, já que encontra amparo em sua própria natureza, prevista no artigo nº 142 da Constituição de 1988, como uma instituição nacional permanente e regular, a qual possui capilaridade e capacidade de desdobrar meios em todos os locais do território nacional, podendo agir de forma subsidiária no sentido de cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, além de possuir poder de polícia em regiões consideradas de faixa de fronteira (DUARTE, 2019).

No intuito de dar vazão ao planejamento e conduzir as ações da FT Log Hum, foi concebido um Estado-Maior Conjunto interagências para garantir o assessoramento contínuo e oportuno ao Coordenador Operacional da Força Tarefa. Esse Estado-Maior é constituído por integrantes da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, sob o comando do General Eduardo Pazuello. Nesse sentido, o Estado-Maior organizou-se da seguinte forma:

FIGURA 2 – Organograma da FT Log Hum



Fonte: FT Log Hum (2018)

A missão da FT Log Hum é a de cooperar com os Governos Federal, Estadual e Municipal adotando medidas assistenciais emergenciais voltadas para o acolhimento de imigrantes venezuelanos que se encontravam em situação de vulnerabilidade por decorrência do fluxo migratório provocado pela crise humanitária. (OLIVEIRA, 2018).

A meta final definida para a Operação foi controle cerrado do ordenamento na fronteira, com um fluxo migratório estabilizado, com todos os imigrantes assistidos em abrigos, estando em condições de serem absorvidos pelo sistema de ensino e mercado de trabalho local, participando do processo de interiorização ou retornando voluntariamente ao seu país de origem. Para atingir essa meta foram elencados como objetivos recepcionar, identificar, triar, imunizar, abrigar e interiorizar os imigrantes em situação de vulnerabilidade. A atuação da Operação Acolhida, baseada nos três pilares fundamentais estabelecidos, foi definida, de acordo com Oliveira (2018, p. 6), dessa forma:

[...] o ordenamento da fronteira, o abrigamento e a interiorização. O ordenamento da fronteira pode ser entendido como a organização do fluxo migratório venezuelano, desde a chegada do imigrante à fronteira em Pacaraima. As agências de controle migratório não dispunham de servidores e estruturas apropriadas para suportar a grande quantidade de venezuelanos que passaram a ingressar no Brasil diariamente, o que resultava na necessidade de se estabelecer uma estrutura física e humana capaz de fazer frente à nova realidade. O segundo pilar é o abrigamento, que consiste na oferta de condições dignas de alojamento, de alimentação e de apoio médico aos venezuelanos desassistidos, os quais, no período anterior ao início da Operação Acolhida, passaram a montar acampamentos em logradouros públicos das cidades de Pacaraima e Boa Vista, de forma desordenada. Retirá-los da rua, fornecendo-lhes um abrigo de qualidade, tornou-se fundamental para o sucesso da operação. O terceiro pilar é a interiorização, que consiste no processo de distribuição do contingente

populacional de imigrantes venezuelanos nos outros Estados do Brasil. Esse processo foi, desde o início do planejamento, considerado como um fator crítico, haja vista que há uma limitação na quantidade de vagas nos abrigos de Pacaraima e de Boa Vista e que o fluxo migratório venezuelano em direção ao Brasil não diminuirá em curto prazo. Para viabilizar o planejamento e a condução das ações, criou-se um Estado-Maior Conjunto Interagências, que assessorava o Coordenador Operacional da Força-Tarefa e o mantém constantemente informado acerca da evolução dos acontecimentos e dos resultados das ações.

A coordenação em todos os níveis governamentais, com ONG e outras entidades envolvidas no contexto do fluxo migratório venezuelano, em um ambiente interagências, é importante para alcançar a sinergia necessária no sentido de equalizar as particularidades dessas agências, seus diferentes processos e culturas organizacionais, em prol do cumprimento das metas estabelecidas. Nesse sentido, os principais órgãos municipais, estaduais, federais, organismos Internacionais governamentais, organismos não-governamentais e organizações da sociedade civil de cooperação direta no âmbito da Operação Acolhida estão elencados no quadro 1:

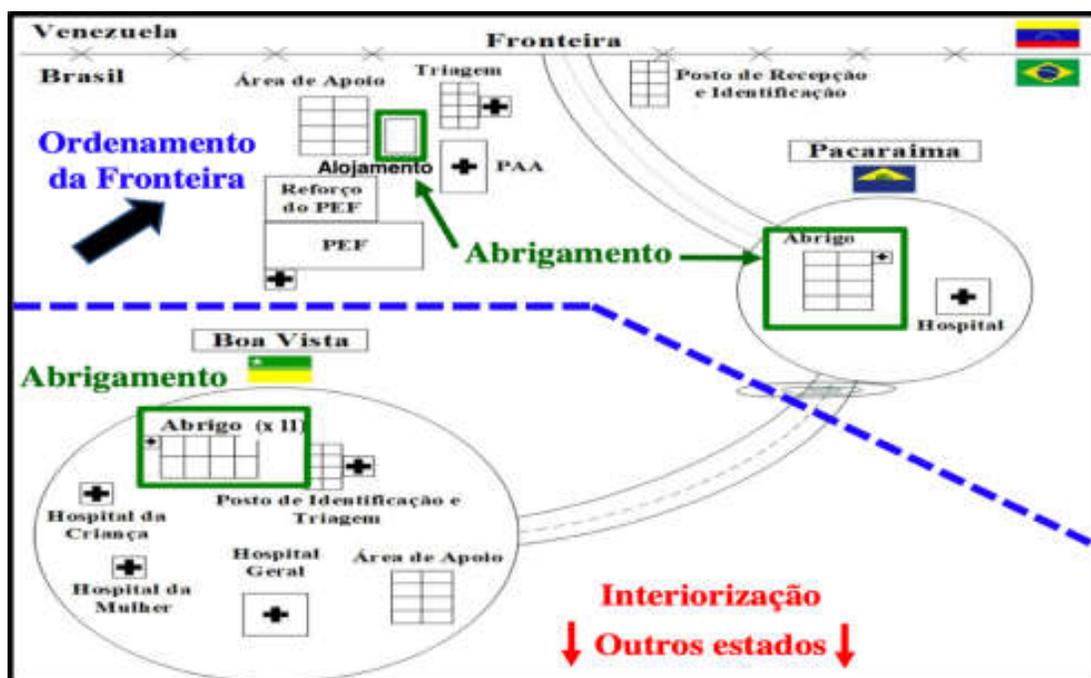
QUADRO 1 – Órgãos, Organizações e Entidades que atuam em cooperação com a Operação Acolhida

Órgãos Federais	Receita Federal, ABIN, Força Nacional do SUS, Vigilância Agropecuária Internacional, FUNASA; Departamento Público da União.
Órgãos Estaduais	Governo de Roraima; CAER; Eletrobrás; SETRABES; Corpo de Bombeiros; Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde de Roraima.
Órgãos Municipais	Prefeitura Municipal; Secretaria Municipal de Obras; Secretaria de Ação Social; Guarda Municipal de Boa Vista; Conselho Tutelar.
Segurança Pública	Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Força Nacional de Segurança; Polícia Militar do Estado de Roraima; Polícia Civil de Roraima.
Organizações Internacionais	Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR); United States Agency for International Development/Office of U.S. Foreign Disaster Assistance (USAid/OFDA); Organização Internacional de Migração (OIM); United Nations Population Fund (UNFPA); Associação de Voluntários para o Serviço Internacional – Itália (AVSI).
Organizações Não-Governamentais	Fraternidade Federação Humanitária Internacional; Fundação Pan-americana para o Desenvolvimento; Fraternidade sem Fronteiras; Telecom sem Fronteiras (França); Pirlampos; Associação de Bem com a Vida; Cia Cultural Bola de Meia; Instituto Gente Amazônica; Ação do Coração.
Entidades	Igreja Católica (Paróquia Nossa Senhora Consolata); Igreja Metodista; Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons); Cruz Vermelha Internacional; Rotary Clube Internacional; ADRA – Associação dos Adventistas; Cáritas Brasileira; Exército da Salvação; Centro de Migração dos Direitos Humanos; Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados; Pastoral Universitária; Pastoral da Criança; Pastoral do Imigrante; SENAC; SESC; JOCUM; APAE.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Operação Acolhida

O Comitê Federal identificou inicialmente a necessidade de estabelecer estruturas para o recebimento de pessoal, triagem dos cidadãos e criação de áreas de abrigo e acolhimento, além de reforçar as estruturas de alimentação, saúde e recursos humanos. Para isso, a Operação Acolhida deve: realizar o cadastramento dos imigrantes, por meio de Postos de Triagem, dar-lhes temporários e, em um segundo momento, distribuir essas pessoas para outras regiões do país, dando preferências para aquelas regiões que oferecessem oportunidades de emprego para facilitar a inserção dos venezuelanos na sociedade brasileira. Nesse sentido, a FT Log Hum concebeu a montagem de duas estruturas para a execução da Operação Acolhida: a Base Pacaraima e Base Boa Vista.

FIGURA 3 - Fluxo de atendimento aos imigrantes em situação de vulnerabilidade



Fonte: FT Log Hum (2018)

O município de Pacaraima, um dos mais atingidos pelos impactos do fluxo migratório, se constitui no único ponto legal de acesso terrestre entre o Brasil e Venezuela. Por esse motivo, nesse município foram estabelecidas estruturas amplas e adequadas para ordenamento da fronteira, que fazem parte da Base de Pacaraima. Essa base está estruturada com militares das três Forças, OG, OI e ONG que atuam em estreita coordenação. Em Pacaraima opera um Posto de

Recepção e Identificação, um Posto de Triagem (P Trig), um Posto de Atendimento Avançado (PAA) e uma Base de Apoio (B Ap). Existem ainda dois abrigos: Janokoida, destinado a imigrantes indígenas e o alojamento BV-8 destinado aos imigrantes não-indígenas. Os militares trabalham nas instalações da Base de Apoio, localizada dentro do perímetro do 3º Pelotão Especial de Fronteira. São utilizados também prédios públicos mobilizados e espaços particulares alugados, onde foram construídos abrigos de acordo com o padrão preconizado pela ACNUR.

O funcionamento da Base montada em Pacaraima possui como objetivo atender os imigrantes venezuelanos que adentram ao Brasil por intermédio daquele município, sendo este considerado o primeiro ponto de recepção e atendimento ao fluxo dos estrangeiros. Dessa forma, no Posto de Recepção e Identificação de Pacaraima, os imigrantes recebem o primeiro atendimento por parte dos militares e integrantes da ACNUR. Em seguida são levados para locais com condições mínimas de conforto onde são ofertados alimentos, água e instalações sanitárias. Na sequência passam pelo serviço do controle migratório da Polícia Federal, onde os turistas seguem viagem e aqueles imigrantes que porventura solicitaram refúgio ou residência temporária recebem senhas para posterior atendimento no Posto de Triagem. O próximo passo dos imigrantes é a passagem pela triagem médica, o recebimento de vacinas e a execução do pré-registro. No prosseguimento recebem alimentação e realizam o registro junto à ACNUR. Nesse momento é confeccionado o CPF, a cargo da Receita Federal, e uma entrevista mais aprofundada é realizada. Ao final do processo de triagem, os imigrantes estão aptos para serem encaminhados para os alojamentos ou seguirem para Boa Vista (DUARTE, 2019).

Em Boa Vista foi definida a instalação do Posto de Comando da FT Log Hum e de uma Base que funciona de forma semelhante à Base de Pacaraima. A cidade se constitui no principal ponto de concentração de imigrantes venezuelanos. Assim, para a realização dos trabalhos da Operação Acolhida, a Base de Boa Vista também conta com tropas da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira que atuam em coordenação com Organismos Governamentais (OG), Organismos Internacionais (OI) e Organismos Não Governamentais (ONG). Essa base dispõe de dez alojamentos, uma Área de Interiorização, uma Área de Apoio e um Posto de Triagem. Junto à rodoviária local existem um Posto de Informação, um

Guarda Volumes e uma Área de Pernoite, que também fazem parte da estrutura da Base de Boa Vista.

A Área de Apoio de Boa Vista está localizada em terreno vizinho a 1ª Bda Inf SI com a finalidade de suprir as necessidades de alojamento, alimentação, lavanderia, estrutura de comando e controle e depósitos. Já o Posto de Triagem está localizado às margens da Rodovia Br-174, ao lado do posto da Polícia Federal. Nesse local, os imigrantes passam por uma triagem médica com vacinação e em seguida realizam o pré-registro. O passo seguinte é ser registrado junto à ACNUR, onde recebem o CPF, carteira de trabalho e número da previdência social para posteriormente ser encaminhado para um dos dez alojamentos existentes.

Em relação à administração dos alojamentos, tanto na Base de Pacaraima quanto na Base de Boa Vista, a mesma é realizada em parceria pela FT Log Hum com diferentes ONG que participam da Operação Acolhida. A alimentação fornecida aos imigrantes nos alojamentos é preparada por organizações militares da 1ª Bda Inf SI e da Força Aérea Brasileira.

O processo de interiorização é a última etapa a ser percorrida pelos imigrantes que desejam serem transferidos para outros estados brasileiros. É também considerada a fase mais vital para o funcionamento do sistema estruturado, pois caso não ocorra ou seu volume seja menor que o da entrada diária de imigrantes, a demanda criada irá aumentar ainda mais a crise já instalada no Estado de Roraima, deixando de aliviar a pressão sobre os serviços públicos de Roraima. Esse processo é considerado fator essencial para o sucesso da Operação Acolhida, possuindo caráter voluntário e foco nos desassistidos. Para não promover risco aos estados que acolhem as pessoas, o governo federal estabeleceu o reforço dos filtros sanitários na fronteira, a inspeção médica adicional antes do ingresso nos abrigos, a prioridade para a interiorização de pessoas que já estejam abrigadas pela operação e o monitoramento clínico por até duas semanas após a chegada aos locais de destino (DUARTE, 2019).

A interiorização, que também pode ser denominada como reassentamento, consiste na seleção e transferência voluntária do imigrante para outro Estado que aceite o reassentamento em seu território, acolhendo com status de residente permanente. Nessa condição, o imigrante recebe proteção jurídica e incorpora os

mesmos direitos dos cidadãos nacionais podendo, posteriormente, requerer naturalização (CERÁVOLO, 2019).

A transferência dos imigrantes prevê também inclusão socioeconômica nas regiões de destino. O governo federal, por meio do ministério da Cidadania, vem apoiando os estados e municípios que recebem os venezuelanos para que organizem abrigos temporários e eles não fiquem expostos à situação de rua. Os imigrantes também recebem apoio para realizarem cursos que proporcionem qualificações técnicas como forma de facilitar o ingresso no mercado de trabalho (VERDÉLIO, 2020).

Entre as vantagens proporcionadas pelo processo de interiorização destacam-se a melhoria no acesso a meios fundamentais como saúde, educação e bem-estar, a desconcentração e redução da pressão sobre os programas de ajuda na fronteira, o controle migratório, a coesão regional, a redução à dependência estatal dos imigrantes e o aumento da taxa de profissionalização (CERÁVOLO, 2019).

A interiorização tem cinco modalidades: institucional, sociedade civil (processo, logística e recepção final a cargo das entidades civis e ONG), reunificação familiar, vagas de trabalho e reunião social. Outra iniciativa que vem dando resultado é a interiorização com base em laços sociais de amizade, onde um imigrante que já foi interiorizado indica para outro imigrante o município. Com isso a inserção dos venezuelanos na sociedade brasileira é facilitada. A interiorização começou em abril de 2018 e até o final de fevereiro de 2020, já haviam sido realocadas mais de 33,3 mil pessoas para mais de 492 cidades brasileiras, aliviando sobremaneira a pressão sobre os serviços públicos roraimenses bem como os índices de criminalidade, violência e a mendicância nas ruas de Boa Vista e Pacaraima (VERDÉLIO, 2020).

Verifica-se que a continuidade do processo de interiorização dos imigrantes constitui-se em fator primordial para que a Operação Acolhida continue alcançando resultados positivos, pois um reflexo imediato do encerramento ou atraso desse processo seria o retorno de imigrantes venezuelanos aos logradouros públicos da capital roraimense na situação de mendicância, em razão da superlotação dos abrigos existentes. Outros reflexos a serem verificados seriam a sobrecarga nos

serviços públicos locais, ocasionados pela superlotação dos abrigos existentes (CERÁVOLO, 2019).

As regiões brasileiras que mais absorveram imigrantes foram as regiões Sul e Sudeste, com 38,3% e 22,8%, respectivamente, seguidas pela Centro-Oeste com 14%, Nordeste com 13,4% e Norte com 11,5%. Esses dados demonstram a importância da interiorização para validar o processo de triagem a que são submetidos os imigrantes venezuelanos, desde que adentram às fronteiras brasileiras. A forma sistematizada do ordenamento da fronteira, do abrigamento e da interiorização realizados pela Operação Acolhida, por meio da atuação do componente militar alivia os serviços públicos roraimenses, proporciona estabilidade na região fronteira e possibilita que os venezuelanos sejam inseridos adequadamente na sociedade brasileira (CERÁVOLO, 2019).

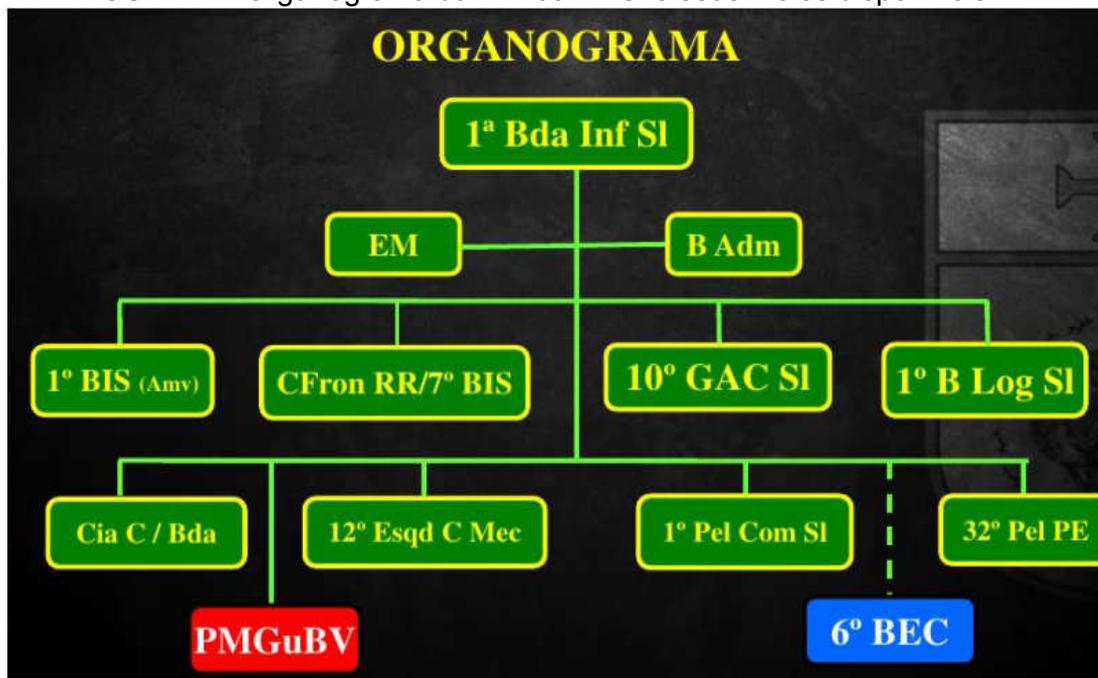
Sendo assim, a Operação Acolhida tem mostrado soluções inovadoras para reduzir os impactos ocasionados pelo fluxo migratório venezuelano, por meio da participação do componente militar. Fruto do bom trabalho executado em território roraimense, em outubro de 2019, a ACNUR, durante o 70º Comitê Executivo do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, elogiou a atuação da Operação Acolhida no acolhimento aos venezuelanos e no atendimento de suas necessidades (EXÉRCITO, 2019).

## **6.2 A Operação Controle**

As previsões legais de emprego em faixa de fronteira, no escopo das atribuições subsidiárias, englobam ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços e ambientais. Essas ações podem ser realizadas em caráter isolado ou ainda em coordenação com outros órgãos como a Polícia Federal, Receita Federal e IBAMA. Para isso, são realizadas atividades de patrulhamento, revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves e prisões em flagrante delito. No entanto, com a aprovação da MP 820/18, em seu inciso VIII artigo 4º, foi prevista a ampliação das políticas de segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras, motivadas pela necessidade de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado pela crise humanitária da Venezuela (DUARTE, 2019).

No intuito de atender ao determinado na MP acima referenciada, o Ministério da Defesa, por meio da Diretriz Ministerial nº 04/2018, determinou que o Exército Brasileiro desencadeasse a Operação Controle, a qual teria como finalidade coibir os delitos transfronteiriços. Por meio dessa diretriz ministerial foi determinado ainda o apoio às ações de controle migratório, sob responsabilidade da Polícia Federal, tendo como área de operações o Estado de Roraima (OLIVEIRA, 2018).

FIGURA 4 – Organograma da 1ª Bda Inf SI e seus meios disponíveis



Fonte: FT Log Hum (2018)

Diante disso, o Exército Brasileiro determinou que a 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), sediada em Boa Vista - RR se constituísse na Grande Unidade encarregada de planejar e conduzir a Operação Controle, empregando para isso suas organizações militares orgânicas, contando também com o apoio do 6º Batalhão de Engenharia de Construção. Ficaria então a cargo dessa Brigada a responsabilidade pela intensificação da vigilância na faixa de fronteira do Estado de Roraima, a partir de 14 de fevereiro de 2018, por meio de ações militares preventivas e repressivas, particularmente na região dos pelotões especiais de fronteira de Pacaraima e de Bonfim, e, em profundidade, nos eixos rodoviários oriundos da Venezuela e da Guiana. Nesse sentido, as ações deveriam ocorrer em coordenação com a Força-Tarefa Logística Humanitária, com os órgãos de segurança pública (OSP) e com as agências governamentais de interesse (OLIVEIRA, 2018).

A 1ª Bda Inf SI é uma Grande Unidade composta por organizações militares de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico. Sua missão principal é a de cooperar com o Comando Militar da Amazônia (CMA) na defesa da pátria e na garantia dos poderes constitucionais, ficar em condições de executar operações militares de defesa territorial, operações de garantia da lei e da ordem, ações subsidiárias e, ainda, participar do desenvolvimento regional e da defesa civil, prioritariamente em território roraimense. Assim, na Operação Controle, a 1ª Brigada se enquadrou no contexto da Força Tarefa Humanitária, onde passou a realizar ações conjuntas com outras agências, particularmente a Polícia Federal Receita Federal e Polícia Militar do Estado de Roraima, visando o controle migratório (DUARTE, 2019).

Para a execução da Operação Controle, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva recebeu o reforço de tropas de polícia do exército, engenharia, comunicações, operações psicológicas e inteligência, oriundas de outras regiões do país. Esse reforço em pessoal foi necessário haja vista a intensificação do combate aos ilícitos transfronteiriços na Região de Pacaraima, Bonfim e nas vias que ligam essas regiões à cidade de Boa Vista. O objetivo a ser buscado consistia na redução dos efeitos resultantes do fluxo migratório venezuelano em território brasileiro e na melhoria do controle migratório (DUARTE, 2019).

No contexto da Operação Controle, as missões impostas à 1ª Bda Inf SI foram divididas da seguinte maneira, segundo (OLIVEIRA, 2018):

QUADRO 2 – Missões impostas pela Operação Controle

Destacamento	Tropas Componentes	Tropa Recebida
<b>Fronteira</b>	Tropas do 1º e do 7º Batalhões de Infantaria de Selva, do 7º Batalhão de Polícia do Exército e do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (grupo de exploradores)	Estabelecimento de postos de bloqueio e controle próximos à linha de fronteira de Pacaraima, na BR-174, e em Bonfim, na BR-401; e Patrulhamento a pé e motorizado na linha de fronteira das regiões de Pacaraima e Bonfim
<b>Bloqueio</b>	Tropas do 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva e do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado	Estabelecimento de postos de bloqueio e controle em profundidade, na BR-174 e na BR-401 (eixos rodoviários oriundos da Venezuela e da Guiana)
<b>Comando e Controle</b>	Tropas do 1º Batalhão de Comunicações de Selva e do 1º Pelotão de Comunicações de Selva	Instalação, exploração e manutenção do sistema de comunicações na área de operações

<b>Engenharia</b>	Tropas do 6º Batalhão de Engenharia de Construção	Realização de campanhas de operações psicológicas, com a adoção de três públicos-alvo prioritários: nossas tropas, população de Boa Vista e imigrantes venezuelanos
<b>Logístico</b>	Tropas do 1º Batalhão Logístico de Selva	Apoio logístico às tropas desdobradas nas regiões de Pacaraima e Bonfim
<b>Informação</b>	Tropas da 4ª Companhia de Inteligência e do Grupo de Operações de Inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva	Divulgação institucional da Operação Controle
<b>Divulgação</b>	Elementos especialistas em Comunicação Social	Realização de obras de construção para acomodação da tropa
<b>Operações Psicológicas</b>	Destacamento oriundo do 1º Batalhão de Operações Psicológicas	Levantamento e análise de informações de inteligência na área de operações

Fonte: Oliveira (2018, p. 11)

Em relação às tarefas que foram impostas à 1ª Bda Inf SI, com o objetivo de coibir os delitos fronteiriços e de apoiar o controle migratório, as mesmas foram responsáveis por nortear o planejamento tático dessa Grande Unidade. Assim, foi implementado o controle das Rodovias BR-174 e BR-401, por se constituírem nos principais meios de ligação com a Venezuela e a Guiana, e ainda na BR-319, no interior do estado. Nas regiões de Pacaraima e Bonfim, onde existem os 1º e 3º Pelotões Especiais de Fronteira, respectivamente, o efetivo militar foi reforçado, dado ao aumento do patrulhamento e das ações de controle, que tiveram por objetivo canalizar o movimento de imigrantes venezuelanos para os postos de fiscalização e desestimular o uso de rotas clandestinas para adentrar ao Brasil. As ações em conjunto com outros órgãos, como a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Agência de Vigilância Sanitária, tiveram suas coordenações aumentadas na busca por melhores resultados (OLIVEIRA, 2018).

Após o início da Operação Controle, em 14 de fevereiro de 2018, as ações ao longo da fronteira demonstraram a incessante atuação do Componente Militar, no controle e na fiscalização da faixa de fronteira durante 24 horas ininterruptas. Com isso, o reforço na fiscalização proporcionou resultados que levaram a mitigar os impactos sofridos em território roraimense.

No que concerne ao controle migratório, as ações da Operação Controle são importantes para se tenha uma noção mais realista possível da quantidade de

venezuelanos que fazem parte do fluxo migratório. Por meio de dados da 1ª Bda Inf SI foi possível dimensionar a quantidade de venezuelanos que adentram ao país todos os dias, bem como quantos efetivamente permanecem e quantos retornam para a Venezuela. Dados analisados entre os meses de fevereiro de 2018 e janeiro de 2019, apontaram que cerca de 124.808 imigrantes oriundos da Venezuela entraram no país, perfazendo uma média de 373 imigrantes por dia. Considerando ainda a entrada e a saída, a média diária de imigrantes que permanecem no país foi de 241 imigrantes. Nesse mesmo período foi verificado que do número total de imigrantes oriundos da Venezuela que permaneceram no Brasil foi de mais de 66 mil cidadãos (DUARTE, 2019).

Os números demonstraram ainda que ocorreu um aumento substancial no número de imigrantes que adentraram o Brasil, a partir do mês de setembro de 2018, em razão da edição da Portaria Interministerial nº 09/2018, que sucedeu à Resolução Normativa CNlg 126/2017, no intuito de conceder autorização de residência temporária, e que, posteriormente, pode ser convertida em autorização de residência com prazo indeterminado (BRASIL, 2017).

O ordenamento da entrada de imigrantes na fronteira, a acomodação dos imigrantes inicialmente em Pacaraima em abrigos com o recebimento de assistências básicas, o controle no traslado dessas pessoas da região fronteira até Boa Vista, proporcionado pela atuação do componente militar e a triagem e o registro junto a Polícia Federal, contribuíram para a efetivação de uma situação de estabilidade na cidade de Pacaraima. Esta cidade, no início, tão afetada pela grande quantidade de venezuelanos vagando pela mesma, teve o inchaço populacional reduzido ora pelo prosseguimento de parte dos imigrantes para Boa Vista, ora pelo retorno de outra parte para a Venezuela. Entretanto, alguns incidentes entre cidadãos brasileiros e os venezuelanos residentes em Pacaraima permanecem e são motivo de preocupação constante por parte das autoridades.

As missões impostas à 1ª Bda Inf SI e que foram executadas por intermédio das organizações militares orgânicas resultaram na redução dos impactos da imigração venezuelana no Estado de Roraima. Segundo Duarte (2019 p. 93), no período de 20 de fevereiro de 2018 a 28 de fevereiro de 2019 os números alcançados pelas ações repressivas e preventivas foram os seguintes:

QUADRO 3 – Resultados da Op Controle no período de 20 FEV 18 à 28 FEV 19

Postos de Bloqueio estabelecidos	946
Veículos Leves revistados	249.561
Veículos Pesados (ônibus, vans e caminhões) revistados	13.301
Distâncias percorridas pelas patrulhas	34.666 Km
Veículos apreendidos	8
Drogas apreendidas	6,5 Kg
Armamentos apreendidos	6
Combustível, óleos e lubrificantes apreendidos	33.953 L
Unidades de material oriundo de descaminho apreendidos	32.985
Valor do material oriundo de descaminho apreendidos	R\$ 1.692.641,00
Pessoas detidas	36

Fonte: 1ª Bda Inf SI

Da análise da tabela acima, depreende-se que as ações realizadas pela 1ª Bda Inf SI são vitais para a redução dos delitos transfronteiriços e, em consequência, evitar que essas atividades ilegais possam se propagar pelo território de Roraima e atingir outros estados brasileiros. Com isso, a redução desses delitos contribui para estabilidade da região, mitigando os impactos do fluxo venezuelano.

Além disso, essas ações, enquadradas no escopo das operações interagências, em parceria com as Polícias Civil e Militar e o IBAMA colaboram para o aumento das apreensões e destruições de materiais utilizados em áreas de garimpo ilegal, bem como para o desmantelamento de sua logística por meio da interdição de pistas de pouso clandestinas (EXÉRCITO, 2018).

## 7 CONCLUSÃO

O cenário caótico vivido pelo Estado de Roraima face ao fluxo migratório de cidadãos venezuelanos, em razão da grave crise política, econômica e social que atravessa a Venezuela, ensejou a adoção de uma medida emergencial por parte do Governo Federal, já que as ações implementadas pelos governos estadual e municipal não foram suficientes em diminuir os impactos desse fenômeno no extremo norte do Brasil.

O fluxo migratório venezuelano aumentou gradativamente, principalmente a partir de 2016, motivado pelo agravamento da situação sócio-econômica da Venezuela, extrapolando a capacidade do fornecimento de serviços básicos em território brasileiro. Além disso, houve um crescimento dos pedidos de refúgio e de residência temporária, com a aprovação da nova Lei de Migração em 2017, obrigando o Governo Federal a ampliar ações de acolhimento à venezuelanos na região fronteiriça.

A região do extremo norte brasileira foi identificada como uma porta de entrada para problemas que poderiam afetar a estabilidade regional. Assim, diante dessa situação sensível e com o transbordamento da crise para o território nacional, o Estado Brasileiro decidiu envidar esforços por meio de ações governamentais empregando diversos atores, entre eles e com maior papel de destaque, o Componente Militar, com o objetivo de mitigar os efeitos dos impactos na região norte do país e colaborar para a assistência humanitária aos cidadãos venezuelanos em situação de vulnerabilidade.

Desta forma, em fevereiro de 2018, o governo federal editou a Medida Provisória (MP) 820, que foi responsável por dar início a Operação Acolhida, um esforço interministerial destinado a promover o ordenamento da fronteira e ao acolhimento aos cidadãos venezuelanos que fugiram da crise. As Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira, têm sido peças fundamentais em todo esse processo.

O Componente Militar assumiu desde o início a coordenação geral da Operação Acolhida, trabalhando em conjunto com agências civis, OG, OI e ONG, adotando os três pilares fundamentais para o sucesso da operação: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização. Com isso, o componente militar mobilizou todas as estruturas necessárias para a recepção, instalação,

fornecimento de refeições, realização de exames médicos, concessão de documentos oficiais, possibilidades de inserção no mercado de trabalho e interiorização para diferentes regiões brasileiras aos venezuelanos.

As bases da Operação Acolhida instaladas nas cidades de Pacaraima e Boa Vista foram essenciais para que as ações do componente militar, em conjunto com outras entidades, alcançassem resultados positivos no sentido de aliviar drasticamente a pressão sobre os serviços públicos roraimenses, bem como os índices de criminalidade, violência e a mendicância nas ruas de Boa Vista e Pacaraima. Tudo isso contribuiu para que a estabilidade na região fosse restabelecida.

O processo de interiorização possui dados relevantes que colaboram para o sucesso da operação. Até o final de fevereiro de 2020, já haviam sido realocadas mais de 33,3 mil pessoas para mais de 492 cidades brasileiras, promovendo o desinchaço populacional do Estado de Roraima e a retomada da situação de normalidade dos serviços públicos essenciais.

Diante disso, verificou-se que a participação do Componente Militar na Operação Acolhida tem trazido boas soluções para mitigar os impactos sofridos pelo fluxo migratório em território roraimense. Seja no relacionamento com as agências civis, seja na montagem das estruturas das bases, o componente militar se constituiu em um alicerce para a consecução dos objetivos propostos para a Operação Acolhida. Salienta-se o reconhecimento por parte da ACNUR, durante o 70º Comitê Executivo do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, ao elogiar a competência, a coordenação e o comprometimento daqueles envolvidos na Operação Acolhida. Nessa ocasião foram ressaltadas as formas inovadoras de tratamento e recepção dispensada aos venezuelanos, durante o acolhimento, para responder às crescentes necessidades dessa população.

Em auxílio à Operação Acolhida nas ações de ordenamento da fronteira, de ações de controle migratório e, com o objetivo de atender a MP nº 820, o Ministério da Defesa desencadeou a Operação Controle, por meio do Exército Brasileiro com o objetivo de coibir os delitos transfronteiriços, atuando em conjunto com as Polícias Federal, Civil e Militar, IBAMA, Receita Federal, entre outros.

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva foi a Grande Unidade responsável por conduzir a Operação Controle. Para isso, recebeu o reforço de tropas de polícia do

exército, engenharia, comunicações, operações psicológicas e inteligência, oriundas de outras regiões do país. As principais ações de controle foram nas Rodovias BR-174 e BR-401, por se constituírem nos principais meios de ligação com a Venezuela e a Guiana. Ainda nas regiões de Pacaraima e Bonfim, onde existem os 1º e 3º Pelotões Especiais de Fronteira, respectivamente, o efetivo militar foi reforçado, dado ao aumento do patrulhamento e das ações de controle. Essas últimas ações foram planejadas com o intuito de canalizar o movimento de imigrantes venezuelanos para os postos de fiscalização e para desestimular o uso de rotas clandestinas para adentrar ao Brasil.

Posto isso, verificou-se que a Operação Controle contribui de forma decisiva para o ordenamento da fronteira e na recepção adequada aos venezuelanos, ampliando ainda o alcance das atribuições subsidiárias em faixa de fronteira por meio das ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outras agências, executando para tanto atividades de patrulhamento, revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves e, ainda, prisões em flagrante delito. Dessa forma, a Operação Controle colabora para evitar a ocorrência de incidentes na região fronteira com a Venezuela e que atividades ilegais possam atingir outras regiões do Estado brasileiro.

Os resultados obtidos pela Operação Controle demonstram o balanço positivo alcançado pelas tropas da 1ª Bda Inf SI com a apreensão e destruição de materiais de atividades ilegais, bem como o desmantelamento de sua cauda logística. Com isso, as ações da Operação Controle cooperam para a manutenção de um ambiente mais seguro e estável na região norte do país.

A Operação Controle também teve participação importante nas ações de controle migratório sob a responsabilidade da Polícia Federal no Estado de Roraima. Graças a essas ações foi possível obter dados mais próximos da realidade sobre a quantidade de cidadãos venezuelanos que faziam parte efetivamente do fluxo migratório. Assim, foi estimado o número de venezuelanos que de fato permaneciam no Brasil, retirando aqueles cidadãos que retornaram voluntariamente para a Venezuela. Essas informações são de extrema relevância para servir de subsídio para planejamentos futuros, bem como para dimensionar o tamanho dos impactos causados pelo fluxo migratório venezuelano.

É oportuno destacar que ao final desse trabalho que a crise venezuelana se encontra em decurso e sem expectativa de solução. E fluxo migratório para o Brasil também está em andamento. Em consequência, a atuação do Componente Militar no Estado de Roraima, por meio das Operações Acolhida de Controle também tem sua continuidade assegurada. Sendo assim, o presente trabalho científico permitirá que outros pesquisadores o utilizem como subsídio para suas pesquisas.

Ao final, conclui-se no presente trabalho que o emprego do Componente Militar nas ações consideradas emergenciais pelo Governo Federal, no sentido de atender os venezuelanos desassistidos e de mitigar os impactos causados pelo fluxo migratório, vem se mostrando extremamente eficaz, em razão da capacidade apresentada pelas tropas na montagem de estruturas, mobilização e capacitação de mão de obra e de serviços, fruto das experiências vivenciadas em atividades anteriores como Operações de Paz, Pacificação e da própria natureza de emprego em atribuições subsidiárias, previsto pelo Ministério da Defesa.

## REFERÊNCIAS

ABRIL. **Entenda os motivos da crise na Venezuela.** Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/entenda-os-motivos-da-crise-na-venezuela/>. Acesso em: 27 Março 2020.

ACNUR. **ACNUR: 5 dados sobre refugiados que você precisa conhecer.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur-5-dados-sobre-refugiados-que-voce-precisa-conhecer/>. Acesso em: 27 Março 2020.

BAEHNIGER, Rosana. SILVA, João Carlos J. **As Ações do Exército Brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos.** Migrações Venezuelanas: pag 68. UNICAMP, 2018.

BARRETO, Tarcia Millene de Almeida Costa. BARRETO, Fabrício. FERKO, Georgia Patricia Silva. RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Vigilância Epidemiológica e os Processos Migratórios: Observações do caso dos Venezuelanos em Roraima.** Migrações Venezuelanas, p 374. UNICAMP, 2018.

BAZZO, Gabriela; FRANCO, Marina. **Mercosul suspende direitos políticos da Venezuela por 'ruptura da ordem democrática':** a decisão foi aprovada por unanimidade e anunciada neste sábado (5), após uma reunião em São Paulo. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/mercosul-suspende-direitos-politicos-da-por-ruptura-da-ordem-democratica.ghtml>. Acesso em: 27 Março 2020.

BBC News Brasil. **O que é o Grupo de Lima, que reúne representantes de 14 países para discutir a crise na Venezuela.** Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/o-que-e-o-grupo-de-lima-que-reune-representantes-de-14-paises-para-discutir-a-crise-na-venezuela-25022019>. Acesso em 28 Março 2020.

BBC. **Após 16 anos, oposição na Venezuela ganha maioria na Assembleia. 2015.** Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151207\\_vitoria\\_oposicao\\_venezuela\\_lgb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151207_vitoria_oposicao_venezuela_lgb). Acesso em: 28 Março 2020.

BBC. **O que levou o a Venezuela ao colapso econômico e à maior crise sua história.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/22/o-que-levou-a-venezuela-ao-colapso-economico-e-a-maior-crise-de-sua-istoria.ghtml>. Acesso em 28 Março 20.

BLOG DO EXÉRCITO BRASILEIRO (Brasil). **Operação Acolhida em Roraima: ação de solidariedade.** 2017. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/operacaoacolhida-em-roraima-acao-de-solidariedade.html>. Acesso em: 31 Março 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 31 Março 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.199. 20 de novembro de 2017b. **Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm). Acesso em: 30 Março de 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.285. 15 de fevereiro de 2018a. **Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9285.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9285.htm). Acesso em: 30 Março de 2020.

BRASIL. Decreto nº 9.286. 15 de fevereiro de 2018b. **Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9286.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9286.htm). Acesso em: 30 Março de 2020.

BRASIL. **EM nº 00228/2018 MP.** Brasília. 14 de Novembro de 2018f. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Exm/Exm-MP-857-18.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Exm/Exm-MP-857-18.pdf). Acesso em: 22 Fev 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB.20-MC.10.201 – Operações em Ambiente Interagências.** Brasília, DF, 2013. Aprovado pela Portaria Nr 02-EME, de 31 de janeiro. 2013.

BRASIL. Lei Complementar nº 117. 2 de setembro de 2004. **Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp117.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp117.htm). Acesso em: 30 Março 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 136. 25 de agosto de 2010b. **Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp136.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp136.htm). Acesso em: 27 Março 2020.

BRASIL. Lei Complementar nº 97. 9 de junho de 1999b. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm). Acesso em: 31 Março 2020.

BRASIL. Lei nº 13.445. 24 de maio de 2017c. **Institui a Lei de Migração.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm). Acesso em: 30 Março de 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 820. 15 de fevereiro de 2018h. **Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm). Acesso em: 20 Fevereiro 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 823. 9 de março de 2018i. **Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 190.000.000,00, para os fins que especifica.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv823.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv823.htm). Acesso em: 20 Fevereiro 2020.

BUXTON, JULIA. **Venezuela: a Las puertas del abismo.** Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-090X2018000200409&Ing=en&nrm=iso&tIng=en](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2018000200409&Ing=en&nrm=iso&tIng=en). Acesso em: 20 Outubro 2020.

CHAVES, A. **Venezuelanos viajam até 11 horas para receberem atendimento médico na fronteira de RR,** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roaima/noticia/venezuelanos-viajam-ate-11-horas-parareceberem-atendimento-medico-na-fronteira-de-rr.ghtml>. Acesso em: 10 Abril 2020.

COHEN, Sandra. **Análise: Como a Venezuela passou de destino de imigrantes a origem do êxodo em massa na América Latina.** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/21/analise-como-a-venezuela-passou-de-destino-de-imigrantes-a-origem-do-exodo-em-massa-na-america-latina.ghtml>. Acesso em: 31 Março 2020.

CORAZZA, Felipe. MESQUITA, Lígia. **Crise Venezuela: o que levou o a Venezuela ao colapso econômico e à maior crise sua história.** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/10/22/o-que-levou-a-venezuela-ao-colapso-economico-e-a-maior-crise-de-sua-historia.htm>. Acesso em: 29 Março 2020.  
D'ELIA, Yolanda. **Las Misiones Sociales em Venezuela: una aproximación a su comprensión y análisis.** 2006. Disponível em: <http://www.ildis.org.ve/website/administrador/uploads/DocumentoMisiones.pdf>. Acesso em: 30 Março 2020.

DEFESANET (Brasil). **Operação Acolhida em Roraima.** 2018. Disponível em: <http://www.defesnet.com.br/aciso/noticia/29209/Operacao-Acolhida-em-Roraima--acao-de-solidariedade/>. Acesso em: 31 Março 2020.

DEFESANET(Brasil). **1ª Bda Inf SI - Operação Curaretinga XI e Operação Controle.** Disponível em: <http://www.defesnet.com.br/toa/noticia/29148/1%C2%AA-Bda-Inf-SI---Operacao-Curaretinga-XI-e-Operacao-Controle/>. Acesso em: 31 Março 2020.

DEFESANET(Brasil). **Operação Acolhida.** Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cedn/xx\\_cedn/7\\_a\\_atuacao\\_das\\_forcas\\_armadas\\_brasileiras\\_nas\\_questoes\\_de\\_imigracao.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xx_cedn/7_a_atuacao_das_forcas_armadas_brasileiras_nas_questoes_de_imigracao.pdf). Acesso em: 31 Março 2020.

DUARTE, Alvaro. **O papel do Exército Brasileiro frente à crise migratória venezuelana no estado de Roraima: considerações sobre as Operações “Acolhida”, “Controle” e “Tucuxi”**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima. Boa Vista, 2019.

EXAME. **Como e por que Juan Guaidó declarou-se presidente interino da Venezuela**. A oposição tenta se reorganizar após algumas tentativas para tirar Maduro do poder, em meio a grande crise que assombra o país. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/como-e-por-que-juan-guaido-declarou-se-presidente-interino-da-venezuela/>. Acesso em: 28 Março 2020.

EXAME. **Hugo Chávez fez do petróleo uma arma contra os EUA**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/hugo-chavez-fez-do-petroleo-uma-arma-contra-os-eua/>. Acesso em: 31 Março 2020.

EXÉRCITO. **Com balanço positivo, Exército Brasileiro divulga números de operações na região de fronteira em Roraima**. Disponível em: [http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset\\_publisher/MjaG93KcunQI/content/simultaneidade-de-operacoes](http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/simultaneidade-de-operacoes). Acesso em: 12 Junho 2020.

EXÉRCITO. **Detalhes e resultados da operação acolhida são apresentados diante de comitê das nações unidas**. Disponível em: [https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset\\_publisher/mjag93kcunqi/content/id/10597206](https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/mjag93kcunqi/content/id/10597206). Acesso: em 12 Junho 2020.

FOLHA de São Paulo. **FMI prevê que inflação na Venezuela chegará a 10.000.000% em 2019**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/fmi-preve-que-inflacao-na-venezuela-chegara-a-10000000-em-2019.shtml>. Acesso em: 31 Março 2020.

FOLHA WEB. **Facções contribuem para o aumento da violência em RR**. 2018. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia/Faccoes-contribuem-para-o-aumento-da-violencia-em-RR/39554>. Acesso em: 10 Abril 2020.

FRANCHI, Tássio. **Operação Acolhida: A Atuação das Forças Armadas Brasileiras no suporte aos deslocados venezuelanos**. Military Review on-line. 2019. p. 1 e 2. Disponível em <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Edicao-Brasileira/ArtigosExclusivamente-On-line/Artigos-Exclusivamente-On-line-de-2019/OperacaoAcolhida/>. Acesso em: 10 Fevereiro 2020.

FRANCHI, Tássio. **Operação Acolhida: uma ação essencial em Roraima**. Disponível em: [http://ompv.eceme.eb.mil.br/masterpage\\_assunto.php?id=146](http://ompv.eceme.eb.mil.br/masterpage_assunto.php?id=146). Acesso em: 10 Abril 2020.

GARCÍA LARRALDE, HUMBERTO. **La ideología como obstáculo a la alternancia democrática en Venezuela Cuadernos del CENDES**, vol. 34, núm. 96, septiembre-diciembre, 2017, pp. 1-36. Universidad Central de Venezuela Caracas, Venezuela

IBGE. **Cidades e Estados: Roraima 2019.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html> Acesso em: 27 Março 2020.

INDÁ, Hektor Simon Monteiro. **A crise venezuelana, sob o enfoque psicossocial, e seus reflexos para o Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso (pós-graduação *lato sensu* Operações Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

JÚNIOR, Carlos Roberto Braz. **Os Reflexos da Migração Venezuelana desordenada para o Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso (pós-graduação *lato sensu* Operações Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

LAFUENTE, Javier. **Potências da América Latina discutem respostas à crise humanitária na Venezuela:** aumento da migração e falta de controle do tráfico de drogas, dois dos temas que preocupam Brasil, Argentina, Colômbia e Peru 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/05/internacional/1501944884\\_122197.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/05/internacional/1501944884_122197.html). Acesso em: 08 Abril 2020.

MARCHÃO, Talita. **Transporte caro ou dias a pé: como é a travessia dos venezuelanos para viver no Brasil.** Disponível em: <https://amazonia.org.br/2018/02/transporte-carou-dias-a-pe-como-e-a-travessia-dos-venezuelanos-para-viver-no-brasil/>. Acesso em: 03 Ago 2020.

MARCO, Daniel García. **Assembleia da Venezuela declara 'abandono de cargo' de Maduro: que efeito prático isso pode ter?** 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38568377>. Acesso em: 28 Março 2020.

MCCOY, Jennifer. **O referendo na Venezuela. Um ato em um drama inacabado.** 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002005000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200001). Acesso em: 30 Março 2020.

MENDICELLI, Mariana. **Conheça trajetória do irreverente e polêmico Hugo Chávez.** 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/america-latina/morte-hugo-chavez/videos/conheca-trajetoria-do-irreverente-e-polemico-hugo-chavez,449685.html>. Acesso em: 30 Março 2020.

MENDONÇA, Heloísa. **O “monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil.** Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908\\_846691.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html). Acesso em 11 Abril 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Diretriz Ministerial de nº 03/2018.** 28 de fevereiro de 2018. Operação Acolhida.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Diretriz Ministerial de nº 04/2018.** 28 de fevereiro de 2018. Operação Controle.

MORAES, R. Roraima em tempo. **Crimes cometidos por venezuelanos em Roraima aumentaram 1.520%, diz Sesp; socióloga rebate**, 2017. Disponível em: <http://roraimaemtempo.com/crimes-cometidos-por-venezuelanos-em-roraimaaumentaram-1-520-diz-sesp-sociologa-rebate/>. Acesso em: 10 Abril 2020.

OLIVEIRA, George Alberto Garcia de. **A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela**. Military Review, 2018.

POLITIZE. **Afinal, o que é o populismo?** Conceito ainda é controverso entre estudiosos. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/populismo-o-que-e/>. Acesso em: 30 Março 2020.

PRADO, Avenor. MELLO, Patrícia Campos. **Venezuelanos e brasileiros se confrontam nas ruas de Roraima**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/refugiados-venezuelanos-sao-agredidos-e-expulsos-de-tendas-em-roraima.shtml>. Acesso em: 11 Abr 2020.

RAMIRO, Rômulo Torres. **A crise na Venezuela e os reflexos para o Brasil, nas expressões política e psicossocial do Poder Nacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (pós-graduação *lato sensu* Operações Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

RODRIGUES, Alex. **Roraima pede ao STF fechamento da fronteira com a Venezuela**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/roraima-pede-ao-stf-que-determine-fechamento-da-fronteira-com-venezuela>. Acesso em: 29 Abril 2020.

RODRIGUES, Edílson. **RR sofre com aumento de crimes cometidos por imigrantes**. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/RR-sofre-com-o-aumento-de-crimes-cometidos-por-imigrantes/54433>. Acesso: 10 Abril 2020.

ROSA, Bruno Rodrigo Souza. **Os reflexos da atual situação Venezuelana para os Estados de Roraima e Amazonas, nas expressões econômica e psicossocial**. Trabalho de Conclusão de Curso (pós-graduação *lato sensu* Operações Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

ROXO, Sérgio. **Venezuelanos levam o caos a Roraima: Onda de imigrantes muda vida de Pacaraima, com explosão de violência e questões sociais**. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/venezuelanos-levam-caos-roraima-20419502>. Acesso em: 10 Abril 2020.

SAÚDE, Ministério da. **Ministério da Saúde atualiza casos de sarampo**. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45089-ministerio-da-saude-atualiza-casos-de-sarampo-19>. Acesso em: 10 Abr 2020.

SAÚDE, Ministério da. **Situação dos Casos de Sarampo nos Estados de Roraima e Amazonas –2018**. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/julho/04/Informe--n13-Sarampo-CGDT-04-07-2018.pdf>. Acesso em: 10 Abr 2020.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. SILVA, André Andriw Santos da. GOMES, Bárbara Soares. SOUSA, Karla Priscila Vale de. BARBOSA, Lisa Stephane Sousa. COSTA, Paulo Henrique Rodrigues da. **A Atuação das Forças Armadas na Resposta à Crise Migratória Venezuelana no Estado de Roraima.** Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/artigos/xvi\\_cadn/a\\_atuacao\\_das\\_foras\\_armadas\\_na\\_resposta\\_a\\_crise\\_migratoria\\_venezuelana.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/a_atuacao_das_foras_armadas_na_resposta_a_crise_migratoria_venezuelana.pdf). Acesso em: 31 Março 2020.

STF, Notícias. **Ministra nega pedido de RR de fechamento da fronteira com a Venezuela.** Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=386012>. Acesso em: 02 Junho 20.

TERRA. **Entenda a crise na Venezuela.** 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/crise-venezuela/>. Acesso em: 30 Março 2020.

VALERIO, Luís Henrique Gonçalves. **A falência estatal da Venezuela e seus reflexos para o Brasil: O Caso Roraima.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

VECCHIO, Victor Antonio Del. ALMEIDA, Vitor Bastos Freitas de. **Panorama do fluxo migratório de venezuelanos no Brasil e América Latina.** Migrações Venezuelanas, p 159. UNICAMP, 2018.

VERDÉLIO, Andréia. **Operação Acolhida reforça cuidados com interiorização de venezuelanos.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/operacao-acolhida-reforca-cuidados-com-interiorizacao-de-venezuelanos>. Acesso: em 03 Agosto 2020.

VILLA, Rafael Duarte. **Venezuela: mudanças políticas na era Chávez.** Estud. av., São Paulo, v. 19, n. 55, p. 153-172, Dez. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300011&lng=en&nrm=iso). Acesso: em 30 Março 2020.